

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Correspondência de Roma

Obra Pontifícia das Vocações Religiosas 321

O Filme Ideal na palavra do Santo Padre

Discurso aos representantes do mundo cinematográfico, em 28-10-1955.. 323

II Congresso dos Religiosos

Temario para as Irmãs 329

Martírio, Batismo e Profissão Religiosa

Dom Estevão Bettencourt O.S.B. 335

Porque devemos ser sociais

Por uma Religiosa 353

Os Juvenatos, para Vocações Religiosas de meninas

Por uma Religiosa 359

A vida comum no convento

Irmã Agueda Francisca 364

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora

Irmã Ondina Santos, F. M. A. 370

Crónica da Segunda Semana de Estudos

Realizada em Salvador, de 6 a 10 de Fevereiro de 1956 377

Comunicações diversas e novas fundações 381

Serviço de Viagens da C. R. B. — Filiais 383

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil

Rua Farani N.º 95 — Rio de Janeiro — Brasil

Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

S. C. dei Religiosi
OPERA PONTIFICIA
DELLE
VOCAZIONI RELIGIOSE

Ril. 8-3-56
15 de março de 1956

Excelência Reverendíssima,

O pedido de agregação a esta Obra Pontifícia Primária das Vocações Religiosas, feito em nome da Conferência dos Religiosos do Brasil e transmitido por V. Excia. aos 22 de fevereiro p.p., foi acolhido com sumo agrado. O respectivo diploma será enviado dentro em breve. Gratos a V. Excia. pela generosa oferta em benefício das atividades desta Obra Pontifícia.

Fazemos ardentes votos ao Senhor da Messe para que o trabalho em favor de numerosas e firmes vocações aos diversos estados de perfeição, desenvolvido em perfeita união de espírito e de orações, obtenha os melhores frutos para que a grande Nação brasileira possa contar com abnegados religiosos e dedicadas religiosas, em número suficiente para o perfeito desempenho das tarefas que lhes competem na conservação das gloriosas tradições católicas e no aprimoramento espiritual dêste nobre povo.

Os aniversários do Santo Padre, que estamos comemorando nestes dias, nos oferecem oportuna ocasião para demonstrarmos, com amor filial e fervorosas preces, a mais profunda gratidão por tudo quanto tem feito, nos anos dêste seu fecundo Pontificado, em favor dos estados de perfeição.

Com os sentimentos da mais sincera veneração e elevada estima, subscrevo-me

de V. Excia. servo in Domino

P. Loret, C.Ss.R.

S. C. des Religieux

Délegué pour P.O.P. des V. Relig.

Ao Exmo. e Revmo. Snr.

Dom Abade Martin Michler, OSB.

Presidente da Conferência do Religiosos

Rua Farani, 95 — RIO DE JANEIRO — BRASIL



SACRA CONGREGATIO DE RELIGIOSIS

VOCATIONUM RELIGIOSARUM
PONTIFICIUM OPUS PRIMARIUM

DIPLOMA AGGREGATIONIS

Precibus Rev. mi "Dom Martin Michler," Abbatis O.S.B., Presidentis
libenti animo susceptis "Conferencia dos Religiosos do Brasil,"

Pontificio Operi Primario Vocationum Religiosarum aggregamus, commendantes eiusdem Operis
statutorum fidelem observantiam, concedentes communionem gratiarum spiritualium, quibus hoc Opus
gaudet, committentes aggregatos omnes potenti tutelae Sacrae Nazarethanae Familiae, huius Operis eximiae
Patronae.

Datum Romae, ex aedibus S. Congregationis de Religiosis.

Die 25 martii 1956

Valerius Card. Valerius
Card. Praefectus

L. ☒ S.

C. 8

P. Madus Lananus C.M.F.
Secretarius

O FILME IDEAL NA PALAVRA DO SANTO PADRE

Discurso aos representantes do mundo cinematográfico, aos 28 de outubro de 1955.

(continuação do número anterior)

3 — O filme, visto e considerado em relação à comunidade

Quando, no início desta exposição, observamos que o cinema, no decorrer de poucos anos, deu quasi um cunho próprio ao nosso século, implicitamente admitimos a existência de relações entre êle e a comunidade. De sua grande influência sôbre esta e sôbre o bem comum, tiramos argumentos válidos para afirmar a importância do filme e a obrigação que tem a comunidade de exercer uma vigilância legítima sôbre suas qualidades morais.

É tempo agora de olharmos para suas relações com a mesma comunidade, naquilo que tem e pode ter de positivo, ou, como se costuma dizer, de construtivo, conforme o Nosso assunto, que é de não fazer estéreis acusações, mas induzir o cinema a se tornar instrumento, cada vez mais apto, do bem comum. O que de precioso, e muito precioso, pode um filme ideal oferecer à família, ao Estado, à Igreja?

a) À família

À família. Dividindo o argumento, damos a precedência à família, ainda porque ela frequentemente é chamada a tomar parte nas representações dos filmes, dos quais porém nem sempre leva incólumes de rebaixamentos, sua alta e sagrada dignidade.

A família foi, é e será sempre a fonte e o álveo do gênero humano e do homem. Obra prima de suma sabedoria e bondade do Criador, dêle recebeu a constituição, as prerrogativas, os deveres que lhe aplanam

o caminho para alcançar os próprios fins superiores. Fundada sobre o amor e para o amor, a família pode e tem que ser para seus membros, cônjuges, pais, filhos, o seu pequeno mundo, o asilo, o oásis, o paraíso terreal, na medida possível nesta terra. Assim o será realmente, se a deixarem ser tal, qual o Criador a quis e o Salvador a confirmou e santificou.

No entanto, muito mais do que no passado, a desorientação atual das inteligências, como também os escândalos tão frequentes, induziram não poucos a desprezarem os imensos tesouros de bem que a família pode oferecer; por isso seus elogios facilmente são recebidos com um sorriso misto de ceticismo e de ironia.

Seria útil investigação examinar em que medida alguns filmes teriam concorrido para difundir essa mentalidade, ou se simplesmente a ela se acomodaram servilmente, para satisfazer seus desejos, ao menos com ficções. É de certo deplorável que uns filmes se harmonizem com a ironia e o ceticismo para com o instituto tradicional da família, exaltando suas pervertidas realidades, e sobretudo lançando piadas finas e levianas à dignidade dos espôsos e dos pais.

Mas, qual outro bem humano ficaria para o homem sobre a terra, se fôsse destruída a família, como foi ordenada pelo Criador? É portanto um dever grande e delicado restituir aos homens a estima e confiança nela.

O filme, que cada dia demonstra tão grande interêsse e eficácia em relação a este argumento, deveria tomar como próprio esse dever e cumpri-lo, mostrando e difundindo o conceito, naturalmente justo e humanamente nobre, da família, descrevendo a felicidade dos cônjuges, pais e filhos, os merecimentos de estarem unidos pelo vínculo do afeto no descanso e na luta, na alegria e no sacrifício.

Tudo isso pode ser obtido sem muitas palavras, mas com imagens apropriadas e desenvolvendo acontecimentos atraentes, ora de um homem dotado de caráter firme, que cumpre com aquilo que deve, que ousa e luta, que também sabe suportar e esperar, agir virilmente e com firmeza, e ao mesmo tempo manter e manifestar fidelidade, sincero amor conjugal, constante solicitude de pai; — ora, de uma mulher, no sentido mais nobre e digno da palavra, espôsa e mãe de conduta irrepreensível, de inteligência aberta, hábil dentro e fora da família, e todavia, ao mesmo tempo, dedicada à casa e à sua intimidade, porque sabe que encontra nela toda a sua felicidade; — ou então, de filhos, atenciosos para com os pais,

ardorosos em seus ideais, sérios em seguir os melhores dêles, sempre floridos e joviais, mas também prestimosos, generosos, intrépidos.

Um filme de ação, que tudo isso pudesse traduzir com enredos interessantes e vivazes, com formas perfeitas de arte, quais aos peritos não é impossível realizar, seria, no que se refere ao bem da comunidade, um filme ideal no sentido pleno e real da palavra.

b) *Ao Estado*

Examinamos agora brevemente o filme ideal em suas relações com o Estado. É necessário estar de acôrdo sôbre o sentido desta expressão, e determinar que aqui se trata de estabelecer de que modo o filme, que se ocupa, mais ou menos expressamente, de matérias que dizem respeito à comunidade política, possa influir em procurar o bem da mesma.

Em nossas considerações, pois, prescindimos dos filmes assim chamados políticos, de partido, de classe e similares que, com intuito propagandístico ou mesmo de luta, servem para uma determinada política, para um partido, uma classe ou um sistema. Além de tudo isso existe a instituição natural do Estado, cujo conceito distingue-se das várias formas que o exprimem no seu concreto desenvolvimento, formas que vão e vêm, que mudam, que muitas vêzes se repetem em parte no decurso da história, com as modificações e adaptações necessárias às novas condições. O Estado é, pelo contrário, algo de estável e necessário em seu núcleo essencial e natural, que fica, apesar das vicissitudes de suas formas concretas e mutáveis. A êste núcleo que, enquanto em si é bem, é também fonte de bens para cada membro da comunidade, dirigimos agora Nossa atenção.

O Estado é de origem natural, não menos que a família; isso significa que, em sua essência, é uma instituição que o Criador quis e criou. O mesmo vale para seus elementos essenciais, quais o poder e a autoridade que emanam da natureza e de Deus. Da natureza, de fato, e portanto de seu Autor, o homem fica impelido a se unir em sociedade, a colaborar para a integração mútua com a troca recíproca de serviços e de bens, a se ordenar organicamente num corpo, conforme a diversidade das disposições e das ações dos indivíduos, a tender ao fim comum, que consiste na criação e conservação do verdadeiro bem geral, com o concurso das atividades de cada um.

Os homens devem, pois, reconhecer, aceitar, respeitar o Estado, a autoridade do Estado, o direito do Estado em presidir ao bem temporal comum, em seu fim específico. Ora, já que também neste campo a desorientação dos espíritos gera muitas vezes vínculos e aversões afetivas, há de voltar oportunamente em reconduzir os ânimos a consolidarem as verdadeiras bases da vida associada.

O cinema pode prestar, nisso também, um grande serviço, apesar de não ser sua primeira e mais importante finalidade. Todavia, com a eficácia que tem, sua ação pode intervir oportunamente para impedir correntes desagregadoras, chamar a atenção sobre o que de bom caiu em desuso, fazer estimar o que foi falsamente desprezado. Isso pode ser conseguido quando num filme de ação entram em jogo instituições e atividades do Estado, como sejam as providências da legislação, da administração, da justiça, configuradas positivamente, assim como as traçou a natureza e conforme suas normas.

Empregando os recursos artísticos de que não carecem os autores e produtores de valor, e sem parar em instruções teóricas, eles poderão facilmente mostrar e evocar ao conhecimento dos espectadores o que é útil para todos, o que protege, na verdade, o que auxilia, na comunidade do Estado, o porque de fazer ou omitir por parte de suas Autoridades. Talvez não mostramos suficientemente o quanto o cinema bem feito desça em profundidade e sobre os ânimos para aquilo que ele quer? Pois bem, uma ação, como esta que descrevemos, acalmaria e iluminaria os espíritos, diminuiria os sentimentos egoísticos e danosos à comunidade, difundiria uma mais firme consciência de colaboração, e idéias mais largas para, no interesse público, transigir sobre erros inevitáveis, às vezes infelizmente irrevogáveis.

Assim o cinema, sem renunciar a seu caráter próprio, nem sofrer detrimento, pode contribuir para o proveito da comunidade, reafirmar o sentido da fidelidade ao Estado, e promover seu progresso. Um filme desse gênero estaria muito longe dos filmes políticos, de partido e de classe, ou ainda de determinado País; seria simplesmente um filme de todos, pois seria útil ao elemento essencial de todos os Estados.

Não podemos dizer concluída esta Nossa exposição sobre o filme ideal em relação à comunidade, se não acrescentarmos uma palavra sobre suas relações com a Igreja.

c) *À Igreja*

A Igreja de Cristo, ao contrário da família e do Estado, não tem origem da natureza; mas baseia-se sobre a fundação positiva do Redentor, que nela depositou sua verdade e sua graça, para que aos homens seja luz e força no caminho terreno para a pátria celestial.

Tão excelsa realidade, que inclúe todo um mundo espiritual e sobrenatural, escapa totalmente à configuração artística, pois excede as possibilidades próprias dos meios para o homem se exprimir. Será todavia suficiente seu conhecimento substancial, para lhe assegurar o respeito e a veneração que merece. Se, pois, no filme é necessário tratar — e acontece muitas vezes — de vicissitudes nas quais o argumento da Igreja entra com maior ou menor relêvo e extensão, tem-se que fazê-lo conforme a verdade e o conhecimento, com visão religiosa, com simplicidade e decôro. Alás, já expusemos Nosso pensamento tratando em geral da escolha dos argumentos religiosos. Acrescentamos agora somente um conselho: se um filme, especialmente se de ação, quer ser fiel ao ideal naquilo que se refere à Igreja de Cristo, além da forma artística perfeita, tem que ser concebido e realizado de modo que inspire, no espectador, compreensão, respeito, devoção para com a Igreja; e a seus filhos, prazer, amor e quasi que um santo orgulho de lhe pertencer.

Não fica excluído que razões históricas, exigências de enredo, ou ainda só o realismo sóbrio, tornem necessário apresentar falhas e defeitos de pessoas eclesiásticas, em seu caráter e, ainda mais, no exercício de seu ministério; neste caso, porém, torna-se claro ao espectador a diferença entre a instituição e a pessoa, entre a pessoa e o ministério. Em particular para o católico, será ideal, sob o aspecto religioso, aquêle filme no qual a Igreja aparece radiante da auréola de "*Sancta Mater Ecclesia*"; Santa e Mãe, na qual êle confia, à qual adere, na qual vive, da qual sua alma e seu íntimo ser, trazem a perfeição e as riquezas eternas.

Eis, Senhores, o que queríamos vos dizer sobre o cinema, ao qual dedicais vossa atividade, os dotes de vosso talento, o trabalho quotidiano. Queremos encerrar estas Nossas considerações sobre a importância do cinema e sobre seu ideal, confiando-vos um Nosso sentimento, íntimo. Enquanto vos falávamos, perante o olhar de Nosso espírito, estava como presente imensa multidão de homens, mulheres, jovens, meninos, aos quais quotidianamente se apresenta o filme com sua poderosa linguagem, e dêles, com piedade e ânsia paternal, colhíamos os desejos imensos e as

esperanças. A maioria dêles, no fundo do espírito sadios e bons, nada mais pedem ao filme se não algum reflexo da verdade, da bondade, da beleza; numa palavra, um raio de Deus. Escutai também, Senhores, sua voz, e correspondei à sua profunda esperança, para que a imagem de Deus, impressa em suas almas, resplandeça sempre nítida nos pensamentos, nos sentimentos e nas obras, inspiradas pela vossa arte.

Com êste voto, que quer ser também um novo penhor de estima e de interêsse que Nós temos por vossa obra, invocamos sôbre vós os favores do céu, em cujo penhor vos concedemos de coração Nossa paternal Bênção Apostólica.



II CONGRESSO DOS RELIGIOSOS

S. Paulo - 16 a 21 de Julho de 1956.

1. *TEMARIO GERAL DO CONGRESSO PARA AS IRMÃS*

1. A situação dos religiosos no Brasil. Densidade e distribuição pelas Unidades Federadas. Distribuição dos religiosos pelos vários ministérios, e destes nas várias regiões do país. Critério nas obras novas. Vinda de religiosos do exterior. Novas congregações brasileiras.

2. Cooperação dos religiosos com a diocese e a paróquia. Exame da situação. O espírito de colaboração. As exigências do direito e da caridade. Colaboração mútua e unilateral. O que há ainda por fazer. Manter, na colaboração, o espírito religioso e a disciplina.

3. A religiosa colaborando no ministério paroquial. A organização da catequese. A assistência social desenvolvida pela paróquia. Direção de associações paroquiais. As visitas às famílias. O cuidado da Igreja e da casa paroquial. Cursos de preparação de catequistas e de auxiliares paroquiais.

4. As obras das religiosas e a colaboração com a paróquia e a diocese. Pessoal e finanças. Obras por administração. O sentido da comunidade paroquial e diocesana. Unidade nos movimentos de apostolado, variedade de métodos, formas e coloridos.

5. As grandes frentes comuns de apostolado: obras sociais, catequese, protestantismo, espiritismo, formação cívica.

6. Relatório. Prestação de contas. Programa de atividade e financiamento para o próximo triênio. Eleições.

2. *ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CATECISMO*

1. O ensino do Catecismo no pensamento da Igreja. Necessidade e urgência da formação de catequistas.

2. A organização do catecismo. Professores. Horário. Necessidade de uma campanha para devolver ao catecismo a primazia que lhe compete.

3. O papel dos religiosos na formação de catequistas. Formação dos próprios religiosos. De outros. Controlar o ensino. Estar sempre atualizado. Campanha para suscitar vocações de catequistas: oração, sacrifício, a colaboração das contêmpativas, ação direta, ação sôbre o governo, estatuto profissional.

4. O que se faz atualmente. O que se pode fazer. A profissão do catequista.

5. O que comporta a formação do catequista: formação espiritual, doutrinária, bíblica e litúrgica, pedagógica.

6. Demonstração prática de uma aula para curso primário.

7. A bíblia e a liturgia no ensino catequético.

8. Demonstração prática de uma aula de nível secundário. Debates.

9. Os diversos métodos de catequese. Lições a deduzir. Orientações atuais.

10. Demonstração prática de uma aula de nível colegial e superior. Celebração litúrgica.

3. *ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E ASSISTÊNCIA SOCIAL*

1. Conferências sôbre Administração de Obras Sociais, nos dias 16, 17, 18, 19 e 20.

2. Reuniões para Diretoras, Monitoras, Professoras e Supervisoras das Escolas de Serviço Social, nos dias 18 e 19, sôbre os seguintes temas: a) formação religiosa das alunas de escolas de serviço social; b) formação das alunas religiosas para o Serviço Social. Introdução do Serviço Social nas obras dirigidas por religiosas (assistentes sociais e auxiliares sociais).

3. Para assistentes sociais e alunas de escolas de Serviço social: a) Conferência: — “A assistente social Religiosa”. b) Visitas a obras sociais.

4. Economia doméstica: a) penetração do protestantismo no ensino familiar e doméstico no Brasil. b) Fixação de terminologia comum. c) Meios práticos de fortalecimento das Escolas domésticas de religiosas. Nos dias 16, 18 e 20.

5. Para Religiosas que se ocupam em obras de menores: curso de conferências, baseado em inquérito, nos dias 16, 17, 18, 19 e 20.

6. Para Religiosas que se ocupam em obras de assistência à família, de assistência médica e outras modalidades: "Introdução ao Serviço Social": curso de conferências, dias 17, 19 e 20.

4. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

a) *Para enfermeiras diplomadas.*

1. A psicologia educacional aplicada na formação da futura enfermeira, na escola e no hospital, a serviço da enfermagem moderna.

2. Pontos mais importantes da deontologia católica. O aborto e o parto sem dor, no pensamento da Igreja. Necessidade absoluta de preparo especial da enfermeira para a enfermagem em maternidades.

3. A formação de um ambiente cristão na escola, baseado no conhecimento da doutrina e da moral católica. Garantir a função apostólica da futura enfermeira junto ao doente. Aproveitamento das qualidades pessoais da aluna e formação do senso de responsabilidade.

4. Metodologia da enfermagem. Importância e eficiência das nossas escolas de enfermagem. O serviço social no hospital. Necessidade. Vantagens. A assistente social especializada.

5. Relação, importância e funcionamento do Departamento de Enfermagem dentro da organização geral do hospital. Organização das religiosas enfermeiras no Brasil. Planos. Objetivos bem nítidos. Meios práticos. O Departamento de Assistência à Saúde da C.R.B.

b) *Para enfermeiras auxiliares e práticas.*

1. Necessidade do curso de auxiliares. Realidade no Brasil. Necessidade da formação técnica da enfermeira auxiliar ou prática. Como fazê-la, para suprir a falta de pessoal profissional. Necessidade dos cursos intensivos e conferências frequentes. A preparação ideal no curso de enfermagem de alto padrão.

2. A formação moral e doutrinária da enfermeira religiosa. Formação religiosa e apostólica especial para o trabalho junto ao doente.

3. O apostolado junto aos doentes. Necessidade. Prudência. Oportunidade. Dever de consciência. O apostolado do exemplo e o da palavra.

4. Adesão do hospital aos movimentos coletivos da paróquia: missões, páscoas coletivas. Outras formas.

5. O serviço social no hospital. Necessidade. Resultados. O reajustamento do doente e da sua família. A assistente social especializada.

6. Organização de cursos de auxiliares de enfermagem, para religiosas, em seus próprios hospitais. O que poderá fazer o Departamento de Saúde da C.R.B.

7. Padrões mínimos para cursos de auxiliares. O aproveitamento das qualidades pessoais, não obstante outras deficiências.

8. Posição da religiosa enfermeira diante dos médicos, da administração do hospital e das enfermeiras leigas. A conveniência do preparo necessário para que se possa colocar na sua devida posição.

9. Princípios de uma boa organização hospitalar. Contribuição da enfermeira.

10. Organização do Departamento de enfermagem dentro do hospital.

11. O serviço de enfermagem a domicílio. Necessidade. Dificuldades. Técnica especial. Formação especial da religiosa enfermeira domiciliar. A oportunidade do apostolado junto à família.

12. Necessidade absoluta de preparação especial para enfermagem em maternidades. Profissional. Moral. Apostólica.

13. Ética profissional. O aborto e o parto sem dor. O pensamento da Igreja.

14. Serviços que escapam à competência da enfermeira auxiliar.

15. A religiosa enfermeira e os serviços auxiliares no hospital: cozinha, lavanderia, limpeza, cuidado com os domésticos. Importância da boa orientação destes serviços para o bom andamento geral da casa.

16. O trabalho da enfermeira auxiliar na farmácia, laboratórios, dietética, e em geral, nas seções especializadas do hospital.

17. Organização das religiosas enfermeiras no Brasil. Planos. Objetivos bem caracterizados. Meios práticos. O Departamento de Saúde da C.R.B.

OBSERVAÇÃO — Os trabalhos para enfermeiras auxiliares e práticas principiarão no dia 9 de julho, pela manhã. Nos primeiros seis dias, de 9 a 14, as conferências se realizarão de manhã e de tarde, ocupando integralmente o tempo das inscritas para estes estudos. Depois de cada exposição teórica, haverá demonstrações práticas de técnicas de enfermagem, experiências, debates, estudos em grupos. Como ainda haverá visitas a organizações modelares no setor de assistência à saúde. Na segunda parte dos trabalhos, ou seja, de 16 a 21, a parte da manhã será

dedicada ao plenário geral do Congresso, e na parte da tarde voltarão as enfermeiras aos seus encontros especializados.

c) *Encontro das diretoras e professoras de escolas de enfermagem.*

Far-se-á, na mesma semana do Congresso, ou seja, de 16 a 21, uma série de encontros especiais para este grupo, versando os seguintes temas: defeitos do atual currículo — possibilidades de algumas correções imediatas — como correlacionar as matérias — organização da biblioteca — Laboratórios de Arte e de Enfermagem, física, química, anatomia e fisiologia, microbiologia, nutrição. Organização da residência. Ensino clínico. Preparo de professoras de enfermagem. Condições mínimas para abertura de escolas. Colaboração entre as diversas escolas para organização de um manual de técnica. Deficiência de organização nos campos de estágio.

d) *Encontro das diretoras e professoras de auxiliares.*

Também durante a semana do Congresso, como acima, abordando os seguintes assuntos: finalidade do curso de auxiliares na realidade brasileira. Em que o programa oficial está deficiente. Importância de concluir português e aritmética nestes cursos. A formação moral nos cursos de auxiliares. Responsabilidade das auxiliares. A contribuição dos cursos volantes. Agrupamento de vários hospitais, quando o número de enfermeiras fôr insuficiente em cada um isoladamente. Colaboração leiga, quando necessária e possível. Material didático necessário. Cooperação do hospital para ensino da enfermagem.

5. *CURSO DE FORMAÇÃO PARA MESTRAS DE NOVIÇAS*

1. O ideal da vida religiosa apresentado às Noviças. Vocação.
2. Conhecimento da própria Congregação. História, língua, espírito da Congregação.
3. Formação humana da Noviça. Formação sobrenatural.
4. Formação intelectual, geral e especializada.
5. Formação para o espírito de pobreza. Voto e virtude.
6. Formação da castidade.
7. Obediência, liberdade, personalidade, responsabilidade.

8. Formação da caridade religiosa, bondade, espírito de família.
9. Formação litúrgica das Noviças.
10. Formação para a Igreja. Colaboração com a paróquia e a diocese.
11. O que a Madre Mestra deve saber e ensinar sobre a Bíblia.
12. A psicologia educacional a serviço da Madre Mestra.
13. Direção espiritual, conta de consciência.
14. Questões jurídicas relativas ao noviciado.
15. Saúde, higiene, recreio, férias, alimentação, esportes, assistência médica.
16. Questões práticas relativas ao Noviciado.
17. Exclusão do Noviciado.



MARTÍRIO, BATISMO E PROFISSÃO RELIGIOSA

D. Estevão Bettencourt, OSB

“Fizeste-nos para ti, e inquieto está o nosso coração, enquanto não repousa em ti”, dizia o grande Santo Agostinho (1).

Estas palavras exprimem o desejo de plenitude profundamente arraigado na alma humana: o homem, feito por Deus e para Deus, só atinge a sua felicidade, quando, com a plenitude do que êle é chamado a dar, entrega-se ao Sumo Bem. Ora Deus estabeleceu algumas grandes “vocações” ou vias, pelas quais o homem a Êle se entrega, atingindo a sua perfeição. Ê destas grandes “vocações” que procuraremos, nas páginas que se seguem, tomar clara consciência. E, já que entregar-se a Deus coincide com ser cristão, começaremos por perguntar-nos: Que significa propriamente *ser cristão*?

Ser cristão importa ser batizado, ensina já o primeiro catecismo. Donde a pergunta se transforma na seguinte: Que significa *ser batizado*?

A resposta se deixa assim traçar:

Deus criou o homem para que êste O Servisse com alma e corpo, sujeitando-se com tãda a dignidade de seu livre arbítrio ao Senhor; o homem, vivendo em comunhão de vontade e amor com Deus, seria um dia levado a participar da vida eterna e bem-aventurada do próprio Deus. Tal era o destino que o Criador traçava ao homem quando o tirava do nada.

Adão, porém, o pai e responsável da família humana, não se quis sujeitar à aliança com Deus; transgrediu a vontade do seu Autor no paraíso, querendo ser feliz e possuidor da vida, sim, como Deus, mas longe de Deus, contra Deus. Frustrou assim o seu destino e o de todo o gênero humano. Em consequência disto, perdeu simplesmente o direito de existir, pois passou a ser adversário de Deus, adversário da Vida; não

(1) “Fecisti nos ad te, et inquietum est cor nostrum donec requiescat in te” (Conf. 1,1).

lhe restava senão ser reduzido ao nada, donde fôra tirado. Tão justa sentença, porém, bem merecida pelo homem, Deus não a quis executar em todo o rigor da justiça; preferiu vencer a grande maldade do homem por meio de maior bondade divina. Quis, apesar de tudo, conservar o gênero humano e restituir-lhe a perspectiva de um destino eternamente feliz. Isto, porém, só seria possível caso a criatura humana, que se tornara instrumento e serva do pecado, fôsse, de certo modo, destruída para ser renovada, pois o que o pecado deixara, era uma alma avêssa a Deus e um corpo "*arma de iniquidade, corpo de pecado*", conforme as expressões de S. Paulo (Rom 6, 13,6).

S. Gregório Nisseno (+ 394) compara o homem a um vaso de argila cuidadosamente plasmado por um oleiro qual reflexo da sabedoria dêste artista. Sobreveio o inimigo do oleiro, o qual, querendo hostilizar o autor, derramou chumbo derretido dentro do vaso. Êste não perdeu o seu aspecto de belo artefato; perdeu, porém tôda a utilidade, tôda a razão de ser; com o seu aspecto de artefato não era senão pesada massa de chumbo e argila, que para nada servia. Foi nestas condições que o oleiro, voltando a ver o vaso, o encontrou; se não o queria abandonar de todo, mas restituir-lhe a razão de ser e a finalidade, não lhe restava senão um expediente a seguir: reduzir a massa a fragmentos, separar do chumbo a argila, e finalmente formar novo vaso com a argila purificada. Outra via para salvar o artefato, não havia; para que o "aspecto de vaso" voltasse a ter dignidade, e finalidade, era-lhe absolutamente necessário passar por uma destruição provisória e nova plasmação. Pois bem, diz S. Gregório Nisseno, em análogas condições se achava o homem após o pecado original; conservava o seu aspecto e a sua natureza de criatura feita à imagem de Deus, mas por dentro estava envenenado. inabilitado para servir e dar glória a Deus; caso tivesse que ser reintegrado e salvo, devia passar pela destruição — morte e nova plasmação — ressurreição (2).

Ora, essa destruição e reconstituição de si mesmo, está claro que o vaso de argila não a podia realizar. Nenhum homem, filho de Adão, se podia, por si, sair do impasse e tornar-se de novo agradável a Deus. Para conseguir êste efeito, era preciso que o oleiro mesmo pusesse de novo mãos à massa e à obra.

Foi o que se deu na plenitude dos tempos: Deus Filho "pelo Qual

(2) Oração catequética 8,7.

tudo foi feito sem o Qual nada foi feito" (João 1,3), quis ser o novo Criador ou o Restaurador do gênero humano: assumiu um corpo humano, vaso de argila, unindo-o à sua Pessoa divina; por amor a Deus Pai ultrajado e em ódio ao pecado, destruiu pela morte êsse corpo; já, porém, que era Deus, a própria Vida, pôde o que nenhum homem, por ser mero homem, antes pudera, a saber, recompôr o corpo destruído, ressuscitá-lo, replasmá-lo, apresentando-o ao mundo como a *nova criatura* (2 Cor 5,17), o novo homem, o vaso de argila reformado.

A morte e a ressurreição do Filho de Deus na carne abriram para o gênero humano novo horizonte: o homem, que, antes de Cristo, morria, e ficava "nas trevas e nas sombras da morte" (Lc 1,79), sem se poder tirar do seu impasse, já se pode salvar da morte. E a via de salvação será evidentemente imitar a Cristo, o homem novo: unir-se a Cristo, em sua sacratíssima paixão e em sua morte, para poder participar igualmente da ressurreição. Em outros termos: a salvação, a vida, para o homem estão em sofrer a morte como Cristo, nos sentimentos do Cristo, isto é, por amor de Deus e em ódio ao pecado e à carne do pecado ⁽³⁾. A configuração a Cristo tornou-se agora o ideal de perfeição do homem.

Pergunta-se, porém: de que maneira concreta se há de realizar esta configuração do homem a Cristo?

É claro que a assimilação mais perfeita ao Senhor se dá *no martírio cruento*. Com efeito, o mártir nutre em sua alma os sentimentos que animavam o Cristo Jesus — intenso, extremo amor ao Pai, e detestação do pecado — nisto opondo-se aos afetos que animavam o primeiro pai pecador; ao mesmo tempo, o mártir entrega o seu corpo de pecado à destruição incontínente e peremptória, em testemunho da sua configuração interior ao Cristo Jesus. O martírio constitui assim a forma mais fiel e eficaz de assimilação ao Modelo, pois dá participação imediata e máxima tanto do elemento formal (alma interior) como do elemento material (destruição da carne) do sacrifício de Cristo. O mártir tem, por isto, imediato acesso ao reino de Deus, à glória, não passando por ulterior purificação.

Todavia a graça sublime do martírio é dom de Deus que poucos relativamente recebem. Como se configurarão, pois, à morte e à ressurreição de Cristo aqueles a quem não é dada a sorte do martírio?

(3) Cf. Fil 2,5: "Tende em vós os mesmos sentimentos dos quais estava animado o Cristo Jesus, O qual... se aniquilou tomando a condição de servo...; humilhou-se, fazendo-se obediente até a morte, e morte de cruz".

A tais a Providência Divina preparou outro meio de se assemelha-rem a Cristo, meio acomodado à evolução lenta do corpo humano: *o batismo*.

Que se dá, pois, no batismo?

O batismo é o sinal sensível pelo qual Deus infunde à alma do neófito um germen da vida de Cristo, da nova criatura; infunde-lhe a graça santificante, participação da natureza divina, e as virtudes sobrenaturais, hábitos pelos quais a alma agirá da maneira correspondente à sua nova dignidade (dessas virtudes infusas destacam-se primariamente a fé e a caridade, que são participação da ciência e do amor existentes em Deus). O batismo, pois, comunica à alma os princípios que fazem amar o Pai e odiar o pecado como o Cristo Jesus amou Àquêle e odiou a êste. Todavia a êste estupendo efeito do batismo na alma, falta o complemento simultâneo no corpo: a destruição ou morte física do corpo de pecado, a qual seria a consequência lógica do amor ao Pai, e daria a plena imitação do Cristo Jesus. Essa destruição do corpo de pecado, complemento do batismo, o batizado a deve esperar para o fim de seus dias aqui na terra, pois ao homem não é lícito, nem por sumo desejo de se unir a Deus, pôr termo à sua vida corporal. Quando o cristão toca o seu desenlace final, então, sim, o seu batismo atinge o último efeito. Isto quer dizer, em outras palavras, que o batismo de água substitui o martírio ou batismo de sangue, atuando *durante toda a vida do batizado*, e de modo incruento, lento, os efeitos que o martírio atúa em breves instantes e de maneira cruenta, rápida. Mais exatamente ainda, isto importa dois elementos.

O corpo de qualquer homem aqui na terra se vai gastando aos poucos, caminhando para a dissolução final, sofrendo morte lenta, quotidiana. Ora, Cristo abraçou a morte do homem, e consagrou-a ⁽⁴⁾, dela fazendo a passagem para a glória, porque a tomou em espírito de expiação. Donde se segue que o cristão, o qual no batismo recebeu uma participação da vida de Cristo, se há de empenhar por aplicar seus sentimentos de nova criatura — sumo amor de Deus e detestação do pecado — a êsse definir quotidiano; dêste, que poderia ser mera necessidade mecânica, infrutuosa, êle assim fará uma prolongação, atuação, do sacrifício de Cristo, que lhe será salutar como a morte o foi para a natureza humana do Salvador ⁽⁵⁾; procure, pois, o fiel informar a dissolução necessária

(4) Abraçou mesmo a morte mais atroz possível, para poder recobrir e consagrar qualquer gênero de morte dos homens.

(5) ... salutar como a morte de Cristo... e por causa da morte de Cristo.

de seu corpo pelos sentimentos de Cristo, da nova criatura que foi gerada em sua alma, e assim estará não simplesmente padecendo a dura sorte de mortal, mas, antes, resgatando o corpo, associando-se à Redenção. Estará *vivendo o seu batismo*.

Viver o batismo, porém, ainda diz mais: além da morte física e seus precursores aceitos em união com Cristo, requer morte *moral*. Com efeito o germen da vida nova depositado na alma do batizado deve informar não só os padecimentos, mas também o agir positivo, costumes e obras, do mesmo, fazendo que este viva não de acôrdo com as paixões desordenadas da carne, mas conforme a vontade de Deus. O que quer dizer: além de aceitar a dissolução natural do corpo por amor ao Pai e em ódio ao pecado, o cristão deve, no mesmo espírito, realizar um mínimo de "mortificação", que consiste em reprimir os impulsos desregrados da carne, para dar lugar a uma vida no corpo que seja a exteriorização do germen depositado na alma. Assim é que o batismo se apresenta realmente como martírio protraído, vivido, com intensidade crescente, todos os dias que decorrem entre o ato ritual do sacramento e o complemento dêste na morte física do corpo.

MARTÍRIO E BATISMO. Acabamos de ver como estes dois elementos dão acesso à perfeição cristã, e como se relacionam entre si. Consideremos agora uma terceira "via": A PROFISSÃO RELIGIOSA.

O batismo, embora conceda ao homem uma participação da morte e da nova vida de Cristo e o obrigue a atuar essa morte-vida pela renúncia a tudo o que é contrário à Lei de Deus, ainda deixa ao cristão certa margem de bens terrestres, dos quais o mesmo pode usar para satisfazer aos desejos lícitos de sua natureza.

Ora, há cristãos que Deus chama para viverem a renúncia e a morte — vida do batismo, não unicamente conforme os preceitos da Lei de Deus, mas segundo normas mais severas, não impostas como obrigação a todos os fiéis, mas apenas aconselhadas pelo Senhor no Evangelho. Estes conselhos importam renúncia até mesmo aos bens lícitos:

- 1) aos bens *exteriores*, num estado de *pobreza*;
- 2) aos bens *interiores*,
 - a) tanto do *corpo* (num estado de castidade *perpétua*);
 - b) como da *alma* (num estado de *obediência*) (6).

Por conseguinte, o cristão chamado a viver conforme os conselhos,

(6) Cf. S. Tomás, Suma Teol. II/II 186,5 ad 1: "Aquêles que vivem no século, retêm alguma cousa para si, entregam alguma cousa a Deus... Aquêles,

é posto num *estado intermédio entre o batismo e o martírio*: realiza maior renúncia do que o simples batizado, menor porém, do que o mártir, pois fica faltando o despojamento instantâneo e total do corpo (que caracteriza o martírio).

A vida conforme os conselhos evangélicos é hoje abraçada por meio de uma *profissão pública*. Nesta o cristão promete, em face de Deus e da Igreja, viver o resto de sua existência no estado de tríplice renúncia referido; e a Igreja, em nome de Deus, aceita esta promessa e a consagra. — Poderse-ia perguntar “porque se faz uma promessa de pobreza, castidade e obediência, e não se vive simplesmente, sem profissão, a tríplice renúncia?”

A profissão da vida religiosa tem em si valor próprio, e comunica à tríplice renúncia nova dignidade. — De fato, na profissão religiosa o cristão abraça todo o resto de vida que deseja viver na renúncia mais rigorosa possível, e o entrega ao Pai irrestritamente, no ato de amor máximo de que é capaz ⁽⁷⁾. Esse amor máximo o levaria a se entregar ao martírio, ou seja, a renunciar à vida do próprio corpo por amor de Deus e em ódio ao pecado; já, porém, que não lhe é dado praticar a re-

porém, que vivem em Religião, entregam totalmente a Deus a própria pessoa e o que lhes pertence.”

“Illi qui in saeculo vivunt, aliquid sibi retinent, et aliquid Deo largiuntur... Illi vero qui vivunt in religione, totaliter se et sua tribuunt Deo.”

(7) Contra alguns que negavam a razão de ser dos votos religiosos, S. Tomás defende a profissão religiosa apresentando-a justamente como compêndio de toda a vida de ante-mão entregue ao Pai.

“A perfeição da vida religiosa, requer, como diz São Gregório, que o homem ofereça a Deus tudo que lhe consagrou. Todavia o homem não pode oferecer a Deus toda sua vida em ato (possuída num só ato), pois esta não existe toda simultaneamente, mas passa-se sucessivamente. Por conseguinte, o homem não pode oferecer a Deus a sua vida inteira senão pela obrigação de um voto (obrigando-se por voto).

— “Perfectio religionis requirit, sicut Gregorius dicit, ut aliquis omne quod vovit Deo exhibeat. Sed homo non potest totam vitam suam Deo actu exhibere, quia non est tota simul sed successive agitur. Unde non aliter homo potest totam vitam suam Deo exhibere nisi per voti obligationem. (II/II 186,6 ad 2).

A luz desta doutrina, a profissão se apresenta bem como uma expressão do anêlo íntimo que o religioso tem de se entregar totalmente a Deus transcendendo, se possível, mesmo os obstáculos da natureza, colocando-se na atitude do mártir, o qual sacrifica ao Pai num só ato cruento todo o resto de vida que poderia viver aqui na terra.. A profissão é um oferecimento, como o martírio: o oferecimento do mártir, porém, é completo instantaneamente, enquanto o do religioso ainda se deve desdobrar e consumir lentamente.

núncia total ao corpo (como no martírio), êle ao menos estende o despojamento ao termo extremo que lhe é possível, desistindo não somente dos bens exteriores e do prazer mais veemente do corpo, mas também daquilo que de mais pessoal êle tem — a vontade própria. Maior renúncia não lhe seria possível; só a morte a poderia trazer. Comparando, pois, entre si o mártir e o professo, devemos dizer que a entrega absoluta de toda a sua vida ao Pai que o mártir faz no ato do martírio, o religioso a faz uma vez no dia de sua profissão e a atua, com intensidade crescente, todos os dias, num martírio quotidiano, até que a sua profissão atinja a consumação na morte física, suprema renúncia a tudo que é do mundo e do corpo.

Compendiando assim toda a sua vida futura e entregando-a incondicionalmente ao Pai, o cristão faz um ato de *holocausto*, combustão total de si mesmo, que é sumamente agradável a Deus ⁽⁸⁾. E, já que a profissão importa um ato de caridade análogo ao do mártir, ela é dita apagar todos os pecados como o martírio e o batismo; é também chamada “segundo batismo”:

“Com razão se pode dizer que também pelo ingresso na vida religiosa se consegue a remissão de todos os pecados. Pois, se, dando *aliquid* Daniel. 4,24: “*Peccata tua eleemosynis redime*”, multo magis in satisfactione pro omnibus peccatis sufficit quod aliquis se totaliter divinis obsequiis mancipet per religionis ingressum, quae excedit omne genus satisfactionis, etiam publicae mas esmolas, o homem pode imediatamente satisfazer por seus pecados, conforme o dito de Daniel 4,24: “Resgata os teus pecados por esmolas”, muito mais será suficiente, para satisfazer por todos os pecados, que alguém se dedique totalmente ao serviço de Deus pela entrada em religião, a qual ultrapassa (em eficácia) qualquer gênero de satisfação, mesmo de pública penitência, como está escrito nos Decretais 33, da mesma forma que o holocausto está acima do sacrifício, conforme diz S. Gregório. Onde se lê na Vida dos Padres que aquêles que entram em religião, conseguem a mesma graça que os batizados” ⁽⁹⁾.

Isto não quer dizer que a profissão religiosa seja um novo sacramento; diz-se, porém, que ela apaga os pecados por efeito da caridade

(8) “Há holocausto quando alguém oferece tudo que tem, a Deus” — “*Holocaustum est cum aliquis totum quod habet offert Deo*” (S. Gregório Magno, In Ez h. 20, al. lib. II h. 8).

(9) “*Rationabiliter autem dici potest quod etiam per ingressum religionis aliquis consequatur remissionem omnium peccatorum. Si enim aliquibus eleemosynis factis, homo potest statim satisfacere de peccatis suis, secundum*

do proficiente, e, evidentemente, na medida em que esta caridade é viva, atuada; “a caridade recobre uma multidão de pecados”, diz S. Pedro na sua 1a. ep. 4,8.

Ao par do valor que a profissão tem em si, dizia-se que ela comunica nova e especial dignidade a toda a vida do professo. Com efeito, S. Tomás aponta três razões pelas quais praticar um ato de virtude, por efeito do voto, é mais nobre e meritório do que praticar o mesmo sem votos:

1) A primeira, a mais importante, é a seguinte: fazer um voto é ato de latria, ou seja, de adoração, de culto de Deus; donde se segue que todos os atos executados em virtude do voto, além de terem o seu valor próprio, terão a dignidade nova de um ato de adoração; serão atos de culto divino ⁽¹⁰⁾. E, se o voto tem por objeto a vida inteira do homem, como, por exemplo, o voto de obediência ⁽¹¹⁾, é toda esta vida que se torna um ato único e constante de culto divino: “E por isto as obras das outras virtudes morais (como jejuar, que é ato de abstinência, e ser continente, que é ato de castidade), são melhores e mais meritórias, caso sejam executadas por voto, pois assim pertencem ao culto divino, como que sacrifícios oferecidos a Deus” ⁽¹²⁾.

illud Daniel. 4,24: “Peccata tua eleemosynis redime”, multo magis in satisfactione pro omnibus peccatis sufficit quod aliquis se totaliter divinis obsequiis mancipet per religionis ingressum, quae excedit omne genus satisfactionis, etiam publicae paenitentiae, ut habetur in Decret. 33; sicut etiam holocaustum excedit sacrificium, ut Gregorius dicit. Unde legitur in Vitis Patrum, quod eandem gratiam consequuntur religionem intrantes quam consequuntur baptizati”. (S.Th. II/II 189,3 ad 3)

(10) A propósito são as palavras de S. Agostinho: “O homem consagrado em nome de Deus e dedicado a Deus, enquanto morre para o mundo a fim de viver para Deus, é um sacrifício.”

— “Homo Dei nomini consecratus et Deo votus, in quantum mundo moritur ut Deo vivat, sacrificium est” (De civ Dei 10,6).

(11) Do voto de obediência em particular se tratará mais adiante.

(12) S. Tomás, S. Teol. II/II 88,6c. O S. Doutor ainda acrescenta no ad 2: “A obra (prometida), considerada em si, pode causar tristeza e repugnância à vontade, depois de emitido o voto; neste caso, dado que permaneça a vontade de cumprir o voto, tal obra ainda é mais meritória do que executada sem voto; pois cumprir um voto é ato de religião, virtude que é mais digna que a abstinência, a qual se atua pelo jejum. — “Si tamen ipsum opus secundum se consideratum, triste et involuntarium redderetur post votum, dum tamen remaneat voluntas votum implendi, adhuc est magis meritorium quam si fieret sine voto; quia impletio voti est actus religionis, quae est potior virtus quam abstinencia, cuius actus est ieiunare”.

2) A segunda razão consiste em que um ato executado por voto implica maior entrega do homem a Deus do que o mesmo executado sem voto, pois quem age bem por voto, não somente sujeita o seu “agir” a Deus, mas também o seu “poder agir”; o “poder agir” que se atua no “agir”, está também êle entregue a Deus. Semelhantemente, recorda S. Tomás, quem dá a um outro homem a árvore com os frutos, dá mais do que aquêle que apenas dá os frutos.

3) A terceira razão parte do princípio de que o voto ou a promessa de fazer uma obra no futuro firma a vontade humana no bem ⁽¹³⁾. Ora, fazer algo em virtude de vontade firmada no bem, importa nova perfeição para o ato decorrente, da mesma forma que pecar por vontade firmada ou obstinada no mal, torna o pecado muito mais grave; constitui o pecado contra o Espírito Santo ⁽¹⁴⁾.

Eis esboçado o aspecto grandioso da profissão religiosa considerada em si e em seus efeitos.

Note-se agora que, dentre os votos religiosos, o de maior alcance e excelência, é o de *obediência*:

“Dentre as virtudes morais tanto mais digna é alguma quanto maior é o bem a que alguém renuncia para se unir a Deus. Ora, há três gêne-

(13) Cf. S. Teol. II/II 88,6 ad. 3; “Aquêle que faz alguma coisa sem voto tem uma vontade imóvel (firme) em relação à obra singular que êle faz e no momento em que a executa; a sua vontade, porém, não permanece de todo firmada para o futuro, como firme é a vontade de quem emite um voto; êste obrigou sua vontade a fazer alguma coisa antes mesmo de executar tal obra singular e (se obrigou) talvez a fazê-la repetidas vêzes. — “Ille qui facit aliquid sine voto, habet immobilem voluntatem respectu illius operis singularis quod facit, et tunc quando facit; non autem manet voluntas eius omnino firmata in futurum, sicut voventis, qui suam voluntatem obligavit ad aliquid faciendum, et antequam faceret illud singulare opus, et fortasse ad pluries faciendum”.

(14) “Triplici ratione facere idem opus cum voto est melius et magis meritorium quam facere sine voto; primo quidem quia vovere est actus latriae, quae est proecipua inter virtutes morales. Nobilioris autem virtutis est opus melius et magis meritorium ex hoc quod imperatur a superiori virtute cuius actus fit per imperium... Et ideo opera aliarum virtutum moralium (puta ieiunare, quod est actus abstinentiae, et continere, quod est actus castitatis) sunt meliora et magis meritoria, si fiant ex voto; quia sic iam pertinent ad cultum, quasi quaedam Dei sacrificia... Secundo, quia ille qui vovet aliquid et facit plus se Deo subicit, quam ille qui solum facit: subicit enim plus se Deo non solum orantum ad actum, sed etiam quantum ad potestatem, quia de caetero non potest aliud facere; sicut plus daret homini quod idaret ei arborem cum fructibus, quam qui daret ei fructus tantum, ut dicit Anselmus. Et inde est quod etiam promittentibus gratiae aguntur. Tertio, quia per votum immobi-

ros de bens humanos, a que o homem pode renunciar por causa de Deus: o gênero ínfimo é o dos bens exteriores (ao homem); o gênero intermédio é o dos bens do corpo; o gênero supremo é o dos bens da alma, entre os quais o principal é de certo modo a vontade, enquanto é pela vontade que o homem faz uso de todos os demais bens. E por isto, falando-se de modo absoluto, é mais louvável a virtude da obediência, a qual por causa de Deus, renuncia à própria vontade, do que as outras virtudes morais, as quais, por causa de Deus, renunciam a outros bens. Donde S. Gregório diz que, com razão, a obediência é preferida a vítimas, pois pelas vítimas é imolada carne alheia, ao passo que pela obediência se imola a vontade própria. Por isto também, qualquer outra obra de virtude é meritória junto a Deus, pelo fato de ser executada para que se obedea à vontade divina, pois mesmo que alguém sofresse o martírio ou desse todos os seus bens aos pobres, caso não ordenasse estes atos ao cumprimento da vontade de Deus — o que é diretamente obra de obediência — tais atos não poderiam ser meritórios (15).

A importância preponderante do voto de obediência se evidencia melhor ainda, considerando que este voto não visa apenas a prática de atos bons em determinada matéria, (16) mas compreende qualquer objeto, todos os setores da vida do religioso; este, após a profissão, passa

liter voluntas firmatur in bonum. Facere autem aliquid ex voluntate firmata in bonum, pertinet ad perfectionem virtutis, ut patet per Philosophum. Sicut etiam peccare mente obstinata, aggravat peccatum, et dicitur peccatum in Spiritum Sanctum" (S. Teol. II/II 88,6c).

(15) "Inter virtutes morales tanto aliqua potior est, quanto aliquis maius aliquid contemnit, ut Deo inhaereat. Sunt autem tria genera bonorum humanorum, quae homo potest contemnere propter Deum; quorum infimum sunt exteriora bona; medium autem sunt bona corporis; supremum autem sunt bona animae, inter quae quodammodo praecipuum est voluntas, inquantum scilicet per voluntatem homo omnibus aliis bonis utitur. Et ideo, per se loquendo, laudabilior est oboedientiae virtus, quae propter Deum contemnit propriam voluntatem quam aliae virtutes morales, quae propter Deum aliqua alia bona contemnunt. Unde Gregorius dicit quod oboedientia victimis iure proeponitur; quia per victimas aliena caro, per oboedientiam vero voluntas propria mactatur. Unde etiam quaecumque alia virtutum opera ex hoc meritoria sunt apud Deum, quod fiunt ut oboediatur voluntati divinae. Nam si quis etiam martyrium sustineret, vel omnia sua pauperibus erogaret, nisi haec ordinaret ad impletionem divinae voluntatis, quod directe ad oboedientiam pertinet, meritoria esse non possent" (S. Teol. II/II 104,3c).

(16) Como, por exemplo, o voto de pobreza visa apenas a prática da virtude em matéria de pobreza, o voto de castidade abrange apenas o setor da castidade.

a viver continuamente sob obediência: a sua oração, o seu trabalho, o seu repouso, ou atos de qualquer espécie, êle realiza por obediência, explícita ou implícita, à Regra, ao Superior; não há nenhum dos seus atos que, direta ou indiretamente, não seja atuação do voto de obediência. Donde se segue que qualquer ação do religioso, por muito insignificante que seja em aparência, é recoberta do significado que tem o voto de obediência. Ora vimos que êste tem um valor de plenitude, de totalidade, pois por êle o homem se entrega todo a Deus, renunciando absolutamente à faculdade de dispor de si mesmo e do que seria seu; esta entrega é sumamente agradável ao Senhor. Por conseguinte, tudo que o religioso faça em virtude de tal voto passa a ter o valor de dom máximo, de dom pleno, total, que compete ao voto de obediência; é uma renovação do holocausto, é holocausto, embora não tenha projeção visível; o objeto exterior que dá ocasião à entrega interior, pouco importa aos olhos de Deus; o que o Senhor considera, é a atitude de entrega universal, máxima, com que o religioso executa as mínimas ações de sua obediência.

“Já que pelo voto de obediência o homem se sujeita, por causa de Deus, à necessidade de fazer coisas que em si não lhe agradam, em virtude dêsse mesmo voto aquilo que êle faz é mais agradável a Deus, embora sejam ações de pouca aparência; pois nada de maior pode o homem dar a Deus do que sujeitar a própria vontade à vontade de outrem por causa de Deus. Por isto nas Conferências dos Padres está dito que “o pior gênero de monges é o dos Sarabaitas, porque, preocupados com as suas necessidades, livres do jugo dos mais velhos, têm a liberdade de fazer o que lhes agrada” (17).

Destas premissas se segue que o valor de vida de um religioso não se julga primariamente pelo que de grandioso aos olhos dos homens êle produz, mas pela fidelidade com que vive a sua profissão, a sua entrega total, obediência, seja como varredor da casa, seja como cozinheiro, seja como professor, seja como pregador; as ocupações do religioso, consideradas em si mesmas, não dignificam nem aviltam a sua vida aos olhos de Deus; qualquer tarefa obscura feita por obediência, no recanto da

(17) “Quia necessitati aliqua faciendi quae secundum se non placent, per votum oboedientiae homo se subiicit propter Deum, ex hoc ipso ea quae facit, sunt Deo magis accepta, etiamsi sint minora; quia nihil maius potest homo Deo dare quam quod propriam voluntatem propter ipsum voluntati alterius subiiciat. Unde in Collationibus Patrum dicitur “deterrimum genus monachorum esse Sarabaitas, quia suas necessitates curantes, absoluti a seniorum iugo, habent libertatem agendi quid libitum fuerit” (S. Teol. II/II 186,5 ad 5).

clausura ou da cela, tem valor do dom máximo que foi o voto de obediência. É ainda S. Tomás quem ensina:

“Aquilo que os religiosos fazem, tem relação com aquela raiz, pela qual entregaram toda a sua vida a Deus. Por isto não se deve ponderar o que fazem, mas, sim que se consagraram a fazer tudo (que lhes fôsse mandado); e assim, de certo modo, são comparados àqueles que fazem uma obra boa isolada, como o infinito ao finito. Pois quem se dá a alguém para fazer tudo o que este mandar, dá-se a ele infinitamente mais do que aquele que se lhe dá para fazer uma obra determinada. Por isto, suposto que o religioso faça conforme a obediência da sua religião alguma obra em si pequena, ela se torna muito intensa pela relação que tem com a primeira obrigação pela qual o religioso se entregou todo a Deus” (18).

Eis uma passagem da vida dos antigos monges que bem exalta o valor da obediência independente da matéria em que esta se exerce:

“Narraram do Abade João Curto que, tendo-se retirado para junto de um ancião Tebano, morava no deserto. Ora o seu Abade, tomando um lenho seco, plantou-o e mandou-lhe: “Rega este lenho com um cântaro de água todos os dias até que dê fruto”. A água se achava longe deles de modo que (para ir buscá-la) saia à tarde e voltava de manhã. Finalmente, após três anos o lenho reviveu, tornou-se verde, deu fruto. O ancião, tendo colhido este fruto, levou-o à igreja, e disse aos irmãos: “Tomai, comei o fruto da obediência” (19).

O seguinte episódio, da mesma fonte, apresenta a obediência como aquilo que dignifica de maneira particular a prática, já em si digna, da virtude:

“Quatro Cetiotas (habitantes do deserto da Cítia), revestidos de

(18) “Ea quae religiosi agunt, ad illam radicem referuntur, qua totam vitam suam Deo devoverunt. Unde non est pensandum quid faciant, sed magis quod ad quaelibet facienda se devoverunt; et sic quodammodo comparantur ad eos qui aliquod singulare bonum opus faciunt, sicut infinitum ad finitum. Qui enim dat se alicui ad faciendum omnia quae iubet, in infinitum magis se dat ei quam ille qui dat se ad aliquod faciendum. Unde, supposito quod religiosus secundum exigentiam suae religionis faciat aliquod opus quod sit parvum secundum se, tamen recipit magnam intensionem ex ordine ad primam obligationem qua se totum Deo vovit” (Quodlibetum III 17, ad 6).

(19) Apoftegmas dos Padres. PG. 65,203. Cf. PG 65,87: (O abade Antão) proferiu também esta sentença: “A obediência associada à abstinência sujeita as feras aos homens.”

pêlos, foram ter com o grande (abade) Pambo. Cada qual indicou a virtude (principal) de seus companheiros. Um dêles jejuava muitíssimo; o segundo nada possuía; o terceiro era dotado de muita caridade. Do quarto porém, disseram que havia vinte e dois anos que perseverava na obediência a um ancião. Respondeu-lhe o abade Pambo: Digo-vos que a virtude dêste último é maior. Pois cada um de vós por sua própria vontade alcançou a virtude em que se distingue; êste, porém, tendo amputado a própria vontade, obedece à vontade de outrem. Sem dúvida, tais homens são confessores (da fé), caso mantenham até o fim essa observância" (20).

Digna de nota é outra forma, muito expressiva, do mesmo episódio:

"Um dos Padres narrou ter visto quatro categorias no céu: a primeira era a dos homens que tinham sido doentes e haviam dado graças a Deus por isto; a segunda, a dos que tinham praticado a hospitalidade e assiduamente servido aos doentes; a terceira, a dos que tinham vivido na solidão sem ver outros homens; a quarta, a dos que se tinham sujeitado aos Pais espirituais em obediência por causa de Deus. Ora a categoria dêstes obedientes trazia um colar de ouro e uma corôa, e possuía maior glória do que as outras. E disse eu àquêle que me mostrava tôdas estas coisas: "Como é que esta categoria, que é pouco significante, possui maior glória do que as outras?" Respondeu-me: "Aquêles que praticam a hospitalidade, fazem isto conforme a vontade própria. Da mesma forma aquêles que se retiram para o deserto, é por alvitre seu que abandonam o século. A classe, porém, daqueles que se entregam à obediência, renunciando a todos os seus desejos, adere a Deus e às ordens do Pai espiritual; por isto também maior glória do que as outras possui" (21).

Esta passagem não quer dizer que a obediência seja virtude mais nobre do que a própria caridade, chamada por S. Paulo "vínculo da

(20) Apoftegmas, PG 65,370.

(21) "Narravit aliquis Patrum vidisse se quatuor ordines in caelo; quorum primus ordo erat hominum infirmorum et gratias agentium Deo: secundus ordo hospitalitatem sectantium et instanter ministrantium eis; tertius ordo in solitudine conversantium et non videntium homines; quartus ordo eorum qui ad oboediendum spiritualibus Patribus se subiciunt propter Deum. Utebatur autem ordo obcedientium torque aurea et corona, et maiorem quam alii gloriam habebat. Et ego dixi ei qui mihi ostendebat omnia haec: Quomodo iste ordo qui parvus est, maiorem quam alii gloriam habet? Et ille respondens dixit mihi: quia qui hospitalitatem sectantur, secundum propriam voluntatem, idipsum faciunt. Similiter

perfeição" (Col 3,14), pois os homens louvados por terem praticado a obediência a devem ter praticado em tórno do objeto das demais virtudes, isto é, exercendo atos de caridade, pobreza, jejum, etc.; a caridade, porém, a pobreza... dos que obedeciam, tinha sôbre a dos seus companheiros o valor peculiar de não ser atuação da vontade própria; com a entrega da caridade e da pobreza havia nêles a dádiva do próprio querer, portanto dádiva de todo o sujeito, holocausto, enquanto nos companheiros que escolhiam, conforme a sua vontade, o modo e a medida de praticar o bem, ainda não havia holocausto, o sacrifício da própria vontade, que é o mais agradável a Deus; ao contrário, era esta, embora reta e louvável, que se afirmava em cada ato de virtude.

A êste propósito, porém, poder-se-ia objetar:

Não seria mais meritório praticar a virtude — caridade ou pobreza — com aquela espontaneidade que não "conhecem" os que estão sujeitos à obediência?

É de responder que mais meritório, sim, é agir livre e espontaneamente do que por coação. Deve-se advertir, porém, que o voto de obediência não tira a liberdade dos atos de virtude dele decorrentes. Com efeito, a profissão de obediência é emitida por libérrima determinação, espontâneo desejo, do religioso; donde se segue que tóda a posterior renúncia à própria vontade se reveste de espontaneidade dêsse ato de entrega inicial, do voto de obediência. O religioso que obedece, nunca deixa de agir como homem, assemelhando-se a um irracional ou a uma máquina, mas obedece atuando o seu ato livre de profissão, atuando, a sua espontaneidade. Em outros termos: a necessidade imposta pela obediência é necessidade não de coação (imposta de fora), mas necessidade livremente abraçada pelo sujeito; o religioso *quer obedecer*; quer espontâneamente a *obediência*, embora talvez não quisesse espontâneamente o objeto que a obediência no momento lhe impõe.

Escreve S. Tomás:

"A necessidade decorrente da obediência não é necessidade de coação, mas necessidade (proveniente) da livre vontade, pois que o homem quer obedecer; embora talvez não quisesse executar a obra que se lhe manda, considerando-a em si mesma" (22).

et qui in eremo se relegant, arbitrio suo de saeculo recesserunt. Hic autem ordo qui se ad oboediendum dedit, omnes voluntates suas abiiciens, pendet ad Deum et ad iussionem Patris spiritualis, propterea et maiorem gloriam illis habet." (Verba Seniorum, lib. 14,19 PL 73,952s).

(22) "Necessitas consequens oboedientiam non est necessitas coactionis,

“Assim como, para fazer outras coisas, o homem deve proceder por própria deliberação, assim também para obedecer aos seus superiores” (23).

Donde a observação importante, de S. Agostinho e S. Tomás; o voto, embora cause obrigação, não causa tristeza, antes aumenta a alegria do professo:

“A necessidade de coação, enquanto é contrária à vontade, causa tristeza, conforme o Filósofo. A necessidade de voto, porém, naqueles que estão bem dispostos, enquanto confirma a vontade, não causa tristeza, mas alegria. Por isto diz S. Agostinho: “Não te arrependas de ter feito o voto; antes, alegra-te porque, desta forma, já não te é lícito aquilo que, com detrimento teu, seria lícito” (24).

Eis em poucas palavras o que significa PROFISSÃO RELIGIOSA: ela se insere na linha BATISMO-MARTÍRIO, como sendo o batismo, martírio incruento, vivido até as últimas consequências, com o amor do mártir que se procura atuar sobre todos os objetos de que poderia dispor: o religioso é o cristão que, por graça divina, se faz mártir em toda a medida que lhe é lícita.

E da mesma forma que os mártires na antiguidade eram considerados os grandes amigos de Deus, os habilitados a interceder com particular eficácia em prol de seus irmãos, assim também hoje a Igreja estima de modo especial a vida dos religiosos, de ambos os sexos, pelo fato mesmo de ser vida consagrada pelos santos votos. A Igreja considera as Ordens contemplativas, que não justificam a sua existência por tra-

sed liberae voluntatis, inquantum homo vult oboedire, licet forte non vellet id quod mandatur, secundum se consideratum, implere”. (Suma Teol. II/II 186,5, ad 5).

Cf. Suma Teol. II/II 88,6 ad 1; “A necessidade do voto resulta da imobilidade da vontade; por isto (essa necessidade) confirma a vontade e aumenta a devoção”. — “Necessitas voti per immobilitatem fit voluntatis; unde et voluntatem confirmat et devotionem auget”.

(23), “Sicut ad alia facienda debet (homo) procedere proprio consilio, ita etiam ad hoc quod oboediat suis superioribus” (S. Teol II/II 104,1 ad 1). Esta frase não quer dizer senão que o homem *obedece livremente*, embora não escolha o objeto da sua obediência.

(24) “Necessitas coactions, inquantum est contraria voluntati, tristitiam causat, secundum Philosophum. Necessitas autem voti in his qui sunt bene dispositi, inquantum voluntatem confirmat, non causat tristitiam, sed gaudium, Unde Augustinus dicit: Non te vovisse poeniteat, imo gaude iam tibi sic non licere quod cum tuo detrimento licuisset (S. Teol. II/II 88,6 ad 2).

balho exterior, mas unicamente pela prática dos conselhos evangélicos, como um dos seus principais esteios na luta contra o Príncipe dêste mundo (25). Assim, por exemplo, escrevia o Papa Pio XI em 1924, ao aprovar as novas Constituições dos Cartuxos:

“Todos aquêles que, por profissão, levam vida contemplativa e sequestrada do rumor e dos desvarios do mundo, de modo que não somente contemplam os divinos mistérios e as verdades eternas com tôda a agudez de espirito, e rogam a Deus, em preces ardentes e contínuas, que o seu reino prospere e de dia em dia se propague, mas — além disto — por uma mortificação de corpo e alma, prescrita ou espontânea, cancelam e expiam os pecados não tanto seus quanto alheios, tais, sem dúvida, devem ser ditos, como Maria de Betânia, ter escolhido a ótima parte. Pois nenhuma outra condição e lei de vida, mais perfeita, poderia ser proposta aos homens, para que, a chamado de Deus, a assumissem e abraçassem; pela íntima união com Deus e pela santidade daqueles que, em silêncio, levam vida solitária nos claustros, é abundantemente alimentada aquela nota de santidade, que a Espôsa Imaculada de Jesus Cristo apresenta a todos os homens para que a considerem e imitem. Nem é para admirar que os escritores eclesiásticos de épocas passadas, a fim de exaltar e ilustrar a pujança e a eficácia que possuem as preces de tais homens religiosos, tenham chegado a compará-las com as preces de Moisés; aludiam a um fato muito conhecido, a saber: quando Josué na planície dirigia a batalha contra os Amalecitas, enquanto Moisés no alto de um monte próximo rogava a Deus pela vitória de seu povo, aconteceu que, tôdas as vêzes que Moisés elevava as mãos ao céu, os Israelitas venciam; ao contrário, quando cansado, as baixava, os Amalecitas sobrepujavam os Israelitas; por isto Aarão e Hur, cada qual do seu lado, puseram-se a sustentar os

(25) Assim escreve o Padre B. Lavaud, *L'idée de la vie religieuse*. Paris 1945,64 Le monde ne comprend rien à la vie religieuse, parce qu'il ignore le principe qui l'inspire et la force qui la soutient. A la rigueur, quand il n'est pas violemment hostile à la religion et à Dieu, il accepte les ordres ou intituts actifs, parce qu'il touche du doigt certains de leurs bienfaits d'ordre social ou culturel. Mais les ordres contemplatifs lui paraissent inutiles. Des oeuvres tout intérieures, une action qui ne se voit pas, qui ne “produit” pas, tout orientée vers les actes immanents du divin amour, ne sont pour les mondains que perte de tamps illusion et chimère. Aux yeux de la foi, et pour le regard maternel de l'Eglise, ces silencieux, ces penitents, que semblent ne rien faire, qui ne contribuent guère à “faire marcher le commerce”, sont la sauvegard de la terre. Hereux sommes-nous qu'il y ait des chartreuses et des carmels, des cloîtres de tous ordres où se garde l'esprit de ceux et de celles qui les fonderent”.

braços de Moisés, até que Josué saiu vitorioso da batalha. Por este fato são muito acertadamente significadas as preces daqueles religiosos que mencionamos; elas se apoiam e no sublime sacrifício do altar e na prática da penitência como em dois sustentáculos (sendo o primeiro destes significado por Aarão, o outro por Hur). Pois a incumbência habitual e como principal desses homens solitários é, como acima dissemos, entregar-se e devotar-se a Deus, como que exercendo uma função pública, na qualidade de vítimas e hóstias de expiação pela salvação sua e do próximo. Por isto, desde os mais antigos tempos da Igreja, implantou-se e propagou-se esse perfeitíssimo modo de vida, o qual é, mais do que se pode crer, útil e proveitoso a todos os cristãos...

Se em todos os tempos foi necessário que houvesse tais anacoretas na Igreja de Deus, hoje principalmente é preciso que existam e prosperem, quando vemos tantos cristãos que, tendo posto de parte a consideração das coisas celestes, mesmo tendo abandonado o pensamento da sua salvação eterna, procuram desenfreadamente riquezas terrestres, volúpias do corpo, assumem e ostentam, privada e publicamente, costumes pagãos, de todo contrários ao evangelho. Talvez haja mesmo quem ainda pense que as virtudes que errôneamente são ditas passivas, já de há muito estão fora de moda, e que à antiga disciplina dos claustros é preciso substituir o exercício mais largo e liberal das virtudes ativas... De resto, entende-se sem dificuldade que *muito mais para a propagação da Igreja e a salvação do gênero humano, cooperam aqueles que se entregam à tarefa assídua das preces e macerações, do que aqueles que, lavrando, cultivam o campo do Senhor*: pois, se os primeiros não fizessem baixar do céu a abundância das graças divinas para regar o campo, sem dúvida os obreiros do Evangelho colheriam do seu trabalho frutos muito mais exíguos...

Dado que obedecem à Regra própria da Ordem, não tanto com exatidão, como com generoso ímpeto de alma, e que a observância da mesma Regra facilmente comunica às almas maior santidade, é impossível que esses religiosos não se tornem e não permaneçam poderosos orantes, junto a Deus misericordiosíssimo, em favor do povo cristão" (26).

Que essa vida religiosa obscura, mas fiel, consequente, seja apostolado fecundo e tenha frutos comparáveis aos da atividade missionária,

(26) Constituição apostólica "Umbratilem" de 8 de julho de 1924; AAS 16,385 — 9.

é o que atestam o fato que Sta. Teresa de Lisieux, a oculta Carmelita, foi proclamada Padroeira das Missões ao lado do Apóstolo das Índias, S. Francisco Xavier, assim como outra declaração de Pio XI em carta encíclica dirigida aos bispos do mundo inteiro e visando o incremento das missões:

“Quanto Nós estimamos a vida dita contemplativa, testemunha-o suficiente e sobejamente aquela Constituição Apostólica pela qual confirmámos... os Estatutos da Ordem dos Cartuxos... Vós, Veneráveis Irmãos, Amados Filhos, tratai de que esta disciplina mais austera da vida contemplativa seja introduzida e mais largamente propagada nos territórios de Missões, pelas fundações de cenóbios; para isto rogai oportuna e importunamente os Superiores dessas Ordens (contemplativas), da mesma forma que Nós mesmos vos exortamos calorosamente; pois êsses homens solitários obterão admirável profusão de graças celestes para vós e vossos trabalhos... Mais evidente do que a luz, é que os nossos anacoretas, conservando incólumes a lei e o espírito de seu Fundador e não praticando em absoluto a vida ativa, podem diàriamente contribuir não pouco para mais próspero êxito das missões sagradas” (27).

Por sua vida, pois, os religiosos clamam ao Senhor: “Dai-nos almas!”. Oxalá chamem, por sua vez, as almas e o nosso mundo atormentado: “Senhor, dai-nos religiosos!”.

(27) Encíclica “*Rerum Ecclesiae*” de 28 de fevereiro de 1926; AAS 18,78 s. — Na tradição patrística ressoa semelhante pensamento:

“Daí vemos quão pujante muro para a pátria é o homem justo... Pois a sua fé nos conserva, sua justiça nos defende da ruína. Também a Sodoma foi dado não perecer, caso tivesse tido 10 homens justos”.

— Unde discimus quantus murus sit patriae vir iustus... illorum etenim nos fides servat, illorum iustitia ab excidio defendit. Sodoma quoque si habuisset viros decem iustos, potuit non perire” (S. Ambrósio, de Abraham 1, 7, 48 PL 14, 461).

“Nada há de mais forte do que um homem só que viva conforme a lei de Deus”. (S. João Crisóstomo, In Act h. 26,4 PG 60,203).



PORQUE DEVEMOS SER SOCIAIS...

Por uma Religiosa.

Várias vezes tenho ouvido de leigos as seguintes queixas:

As Religiosas costumam ser pouco sociais; são rispidas, indelicadas e carrancudas. Não suporto a Religiosa X! Não demonstra nenhuma compreensão das coisas. Está sempre com uma "cara de cimento armado"! Nunca sorri...

Indo, certa vez, a uma Repartição Pública, um dos Chefes se queixou, dizendo que algumas Religiosas chegam a ser retrógradas, pouco sociais e atenciosas no trato com êle. Perguntei-lhe por que assim as julgava, e êle me deu a seguinte explicação:

— Uma religiosa veio procurar-me, a fim de saber o andamento de seu processo. Como eu a achei bem mocinha, simpática, perguntei-lhe se estava contente e se era realmente feliz numa vida tão austera e tão incompreendida pelo mundo. Em lugar de receber uma explicação que me satisfizesse, foram palavras indelicadas, um tanto grosseiras, que dela recebi, dizendo-me que isso não era da minha conta...

Qual o resultado dessa atitude? Este senhor guardou uma péssima impressão das religiosas e, em vez de o processo em curso seguir o seu caminho ficou guardado na gaveta, até que as iras do Chefe passassem completamente...

Na época atual, é comum a falta de compreensão de muitos leigos com relação à vida religiosa, principalmente se a pessoa consagrada ao serviço de Deus é moça, inteligente e bonita. As exclamações são sempre as mesmas:

— Que pena!... Tão jovem ainda! É um pecado... Poderia ter se

casado!... Ou então. Com certeza foi alguma paixão... uma desilusão... ou talvez... o príncipe encantado tenha morrido!...

Nós, Religiosas, não nos devemos zangar com essas perguntas e exclamações um tanto indiscretas, mas procurar explicar com respeito e dignidade a razão de ser da nossa vocação.

Realmente, muitos leigos ignoram a beleza da vida sobrenatural e é muito lógico não compreenderem mesmo, porque jovens felizes, moças inteligentes, deixam tudo para seguirem uma vida tão diferente daquela que oferece o mundo. Muitos nunca viveram a vida divina, desconhecem a graça dos sacramentos, a paz da consciência pura, a vida de união com Jesus Cristo; vivem somente no plano natural, preocupados com os bens terrenos, sem se elevarem um pouquinho mais para o alto. Por isso nos fazem certas perguntas e manifestam tanta incompreensão diante de uma alma consagrada a Deus, cheia de paz, de alegria e de felicidade.

Penso serem estas ocasiões uma ótima oportunidade para falarmos de Deus, de nossa vocação, de nossas obras, mostrando-lhes que realmente somos felizes no serviço de Cristo. Até poderemos fazer-lhes algum bem espiritual.

Lembro-me de que quando saí do noviciado, fui colocada em São Paulo, nas Obras Externas, e, como era bem mocinha, frequentemente tinha de responder às seguintes perguntas:

— Porque escolheu esta vocação? A senhora é feliz? Quantos anos tem? Foi paixão?...

Ficava muitas vezes encabulada, mas era sorrindo que respondia a cada um dos curiosos.

Uma vez, indo pelo Viaduto do Chá, fui interrogada por um senhor distinto, cabelos grisalhos, que me fez a seguinte pergunta:

— Irmanzinha, há dez minutos que a persigo com vontade de fazer-lhe uma pergunta: Pode-se ser Madre tão novinha?

— Sim, senhor, respondi.

— A senhora é tão jovem, tão cheia de vida. Por que escolheu esta vocação, este ideal? Realmente não posso compreender!

Então eu lhe disse — Qual é o seu estado? Casado?

— Sim, senhora.

— Por que se casou?

— Ora, porque encontrei ua moça de quem muito gostei e, como vi que a minha vocação era para o matrimônio, casei-me.

Então disse-lhe sorrindo:

— Eu também. Fui ser religiosa porque quis. Como conheci a beleza de que gozam as Espôsas de Cristo, a beleza de uma vida mais pura e dedicada aos pobres, escolhi esta vocação.

Ele sorriu e me disse que eu tinha razão, embora não pudesse compreender, porque não tinha uma boa formação religiosa.

Mêses depois, recebíamos uma intimação para pagar uma multa de Cr\$ 15.000,00. Como os funcionários nada puderam fazer, enviaram-me ao Advogado-Chefe para ver se êle podia dar um jeitinho, perdando ou fazendo um pequeno desconto. Qual foi a minha surpresa ao encontrar na pessoa do Chefe aquêlê senhor que havia tão indiscretamente perguntado as razões da minha vocação. Então eu lhe disse: Ah!... é o senhor? e êle me respondeu: Ah!... é a senhora? Ficamos ótimos amigos, a dívida foi perdoada inteirinha, interessou-se por nossa Instituição, tornou-se um grande benfeitor e amigo nosso.

Uma outra vez, indo à cidade fazer compras e não conhecendo bem a Capital, perdi-me e andava de traz para diante, voltando sempre ao mesmo lugar. Então, um senhor que me observava, veio em meu auxílio, levando-me ao lugar desejado. No caminho êle me disse:

— Irmã, a senhora foi uma tolinha escolhendo esta vocação. A senhora está perdendo o seu tempo, a sua mocidade... tudo isso são fantasias e ilusões. Nosso céu e inferno são aquí mesmo. Se eu pudesse mandaria acabar com tôdas as Religiosas...

Expliquei-lhe então o que era vocação, o que fazíamos, por que havia escolhido aquêlê ideal e falei também de Deus, dos nossos pobres, etc. Depois de conversarmos algum tempo êle me disse:

— Sabe porque tenho tanto ódio às Religiosas? Porque minha querida filha, a única que Deus me deu, pediu-me para entrar para o convento. Estou desatinado, não posso me conformar, não posso deixá-la viver uma vida triste, miserável, sem prazer e alegria.

Então contei-lhe que não era assim e que havia muita alegria e felicidade num convento. Depois de algum tempo, disse-me êle mais calmo:

— Irmãzinha, quando a senhora passou, senti que a senhora era feliz. Vi nos seus olhos uma alegria que não pude compreender e pensei em minha filha. Foi ótima esta nossa conversa, porque não serei mais um obstáculo à vocação de minha filha.

No domingo seguinte, pai e filha faziam-me uma visita e pude constatar como na verdade eram felizes aquelas duas almas e que uma boa explicação pode fazer milagres...

A alegria deve também acompanhar a Religiosa, mostrando aos leigos que realmente somos felizes. Quantas vezes um sorriso de uma Religiosa, um conselho amigo, uma boa compreensão, eleva o espírito dos mais indiferentes!

“Um santo triste é um triste santo”!

É tão bom sorrir para nossas companheiras, quando as encontramos nas ruas da cidade, a uma criança que passa, a um aleijado que nos pede uma esmola!

E nós que somos Irmãs em Cristo, devemos mostrar aos leigos que existe também este amor, esta união entre nós. Quantas vezes não damos a mínima atenção ao cumprimento de nossas companheiras que passam! Quantas vezes fazemos viagens longas, conversamos com leigos e nos esquecemos de nossa Irmã que se acha ao nosso lado, na mesma condução! Não seguimos tôdas o mesmo ideal? Não servimos tôdas ao mesmo Mestre? Por que não banir esta indiferença tão notada por muitos leigos? Às vezes o sorriso custa, às vezes é penoso sorrir. Lembremo-nos entretanto de que somos de Cristo e que devemos nos alegrar n'Ele.

Nos primeiros anos de minha vocação, tive de sorrir muitas vezes à custa de sacrifícios. Quando saía, muitas pessoas sorriam para mim, diziam alguma coisa e faziam-me parar para fazer-me perguntas sobre o meu ofício, trabalho, nome, etc.

Minha Superiora era um tanto enérgica, sabia provar-me e, então, censurava-me por estar conquistando os transeuntes e mandava-me fechar a boca a cada instante. Como sofria... tendo os dentes para fóra, era difícilimo obedecer à sua ordem, por mais que fizesse, lá estavam eles sempre para fóra, sorrindo para todos... Era então que recorria ingenuamente a Santa Apolônia, implorando-lhe a graça de um milagre... de uma “dentadura” mais séria... que me fizesse mais carrancuda...

Uma religiosa alegre, feliz, faz bem a todos, melhora o ambiente e às vezes toca o coração de almas infieis, que de novo voltam a gozar da amizade de Deus.

Uma vez, atravessando um jardim, vi uma pobre moça, jovem ainda, miseravelmente vestida, mostrando levar uma vida depravada. Notei que me fitava insistentemente e, então, sorri para ela com imensa caridade. Cheia de rancor, pegou-me pelo pulso e no auge do remorso disse-me:

— Tenho horror, tenho ódio da senhora! A sua passagem por aqui foi somente para me tentar. Sua fé, sua felicidade, sua paz de consciência fizeram-me sofrer terrivelmente, recordando-me e revivendo a minha inocente,

piadosa e feliz vida, que perdi ao deixar-me levar pelas paixões. Era tão feliz, conheci a beleza e o conforto dos sacramentos, tive também um ideal de me consagrar a Deus. Desprezei a graça; agora acho-me presa pelas mais tristes misérias e paixões.

A pobre criatura, depois de muito soluçar, contou-me sua vida e suas desgraças. Aceitou uma medalhinha e prometeu mudar de vida, regenerar-se. Nunca mais a vi, mas penso que Nosso Senhor a tenha chamado novamente para o seu rebanho de misericórdia.

Muitas vezes, certas atitudes de leigos indiferentes nos chocam, nos ferem e nos humilham e, se não é um desejo imenso de imitar o nosso Mestre, dificilmente calariamos ou ouviríamos com alegria os insultos e blasfêmias que nos dirigem.

Esperando uma condução na Praça Paris, notei que uma voz se distinguia, elevando-se mais forte, e só depois de algum tempo é que notei que o barulho era por minha causa. Um senhor ruivo, moço, forte, cheio de ira contra a Igreja, os Padres e Religiosas, dizia inúmeras blasfêmias. Fiquei encolhidinha, rezando para que chegasse bem depressa a minha condução.

Num certo momento, êle deu um pulo, encaminhou-se para o meu lado dizendo que iria acabar com a minha vida. Comecei a suar frio e já me encontrava no céu, junto dos mártires e de Santo André (pois era o dia de sua festa), quando um grupo de homens cercou-me, protegendo-me e obrigando o pobre homem a retirar-se, o que fez depois de dizer ainda desafôros e outras blasfêmias.

U'a mocinha, que ali se encontrava, veio então abraçar-me e cheia de alegria me disse:

— Irmã, sua atitude foi formidável, seu silêncio foi uma lição, e sua coragem foi um belo exemplo para todos aquêles que presenciaram o fato. Tenho imenso desejo de consagrar-me a Deus, estou com todo o enxoval pronto, mas não tenho fôrça e coragem para seguir a minha vocação. A senhora, com sua coragem, (mal sabia ela que eu estava quase a desmaiar de medo...) ajudou-me a vencer os obstáculos e serei brevemente religiosa.

Se muitas vezes nos faltam vocações, podemos atribuir isso a várias causas. Uma delas é a indiferença com que tratamos a nossa família Religiosa; outra, o nosso modo pouco gentil em tratar os leigos.

Para que possamos fazer bem aos leigos, dar uma impressão real e melhor da vida Religiosa aos que nos cercam, é preciso que tenhamos mais união, mais amor aos de nossa família espiritual na intimidade de nossas

comunidades, procurando ser sempre boas, atenciosas, para com todos.

Um pequeno susto, uma lagartixa de borracha, uma máscara no rosto ... tudo isso faz bem e alegra nossos recreios. Costumam fazer subir a pressão de alguma Irmã já mais idosa, mas essas brincadeiras fazem sempre bem ao espírito e descarregam a nossa bilis...

Sejamos alegres, minhas caríssimas companheiras em Cristo, porque muito devemos ao Pai Celeste que nos escolheu com carinho e predileção, desde a eternidade, reservando-nos a melhor parte. Procuremos amar a todos, Religiosos e Leigos, como Nosso Senhor na sua vida terrestre: sem distinção, com amor e Caridade.

Procuremos também auxiliar-nos mutuamente nas nossas Obras, nas nossas dificuldades, com nossas experiências! Quantas Instituições vizinhas que não se conhecem! vivem isoladas!

No momento atual, na confusão de cada dia, onde a vida se torna difícil para todos, tenho encontrado inúmeras pessoas, ricas e pobres, letradas e iletradas, que me dizem com lágrimas nos olhos:

— Irmã, as Religiosas são felizes, nunca serão contaminadas pelas misérias do mundo atual. Estejam sempre unidas, sejam gratas, sejam sempre fiéis Àquele que com tanta predileção lhes reservou a melhor parte...



OS JUVENATOS

Para vocações religiosas de meninas.

Por uma Religiosa.

Estudando-se a questão dos juvenatos ou aspirantados das Congregações Religiosas femininas, surgem várias perguntas, em torno das quais desenvolveremos o presente tema.

- 1.º — Há ou não há necessidade de manter-se o juvenato ou aspirantado?
- 2.º — Em que idade serão admitidas as candidatas ao mesmo?
- 3.º — Deve haver limite na duração do mesmo?

É claro que, não se tratando de assunto regulamentado pelo direito canônico, podem divergir muito as opiniões e razões; aqui, sem outra pretensão, exporemos singelamente o que a experiência e a observação nos tem sugerido.

Devemos frisar bem que não estamos considerando o Postulado, que é parte integrante da vida claustral e estágio de formação das candidatas; trata-se do costume generalizado de organizar casas destinadas a receber jovens que, julgando-se com vocação religiosa, não têm ainda a idade canônica prescrita para ingressarem no Postulado; terão assim, no Aspirantado, sua vocação cuidadosamente cultivada, ou caridosa e inteligentemente orientada para outros estados de vida, se fôr o caso.

I — Há necessidade de manter-se o juvenato?

A resposta será afirmativa, se considerarmos como finalidade máxima das casas de juvenato proteger, desenvolver e cultivar a vocação religiosa, manifesta ou latente, para abrigá-la dos perigos da sociedade hodierna, que pouco ou nada apresenta de favorável ao desenvolvimento da mesma.

É ela um ambiente dissipador, dissolvente, de modo especial nas cidade. E as jovens do interior, as da zona colonial, não tanto expostas ao perigo, procuram, em geral, o juvenato, para completarem sua educação e instrução, pois a grande maioria não tem oportunidade para fazer seus estudos secundários em colégios religiosos. Além disso, muitas vezes, até o próprio ambiente da família não é de molde a cultivar ou preservar a vocação.

Há, em todos os casos que se apresentam, um escolho a evitar: o de fomentar, nos juvenatos, vocações que poderíamos chamar “de estufa” por só medrarem dentro do ambiente. Diferenciam-se da verdadeira vocação por terem sido inculcadas por uma secreta imposição da família que, com boa intenção, aliás, toma a peito ter um ou mais membros da mesma no estado religioso, principalmente quando parentes ou vizinhos tiveram a graça de verdadeiras vocações.

Não raras vezes, só bem mais tarde, no postulado ou noviciado, consegue-se discernir, com justeza, êsse móvel natural, que não é chamado de Deus, mas raciocínio da prudência humana e, quiçá, da vaidade.

Não se depreenderá daí razão para depreciamento do juvenato. Quando convenientemente organizado, é, diríamos, um “viveiro” de belas vocações.

O que devemos evitar é tornarmo-nos “fabricantes de vocações”, quando o nosso papel é selecionar e amparar as legítimas que a Providência nos envia. Entretanto, também não estamos afirmando que só as jovens que passam pelo aspirantado tenham legítima vocação. “O Espírito sopra onde quer”, e Deus chama as almas de boa vontade em qualquer lugar e de qualquer condição.

Pensamos, pois, que é de utilidade manter-se uma casa para aspirantes, mas que não é de necessidade absoluta a existência da mesma. Ela é relativa. Acima de toda a prudência humana, está a mão de Deus, sua Providência sábia e onipotente, à qual nada resiste.

Uma vida modelar em religião, a prática real dos conselhos evangélicos, fidelidade aos votos emitidos, espírito de sacrifício, verdadeiramente sobrenatural, nos trabalhos próprios do Instituto, atrairão irresistivelmente as benções de Deus com novas vocações.

II — Em que idade podem ser admitidas as candidatas ao juvenato?

Esta segunda indagação fundamenta-se na influência do meio familiar na formação da personalidade.

A convivência entre os membros da família bem constituída é fator educativo e formativo, tão importante, que não pode ser substituído. Também as aspirantes à vida religiosa necessitam de uma boa formação nêsse sentido, se considerarmos a finalidade dos Institutos educativos, pois muitas delas serão mais tarde educadoras. Não percam, portanto, o sentido familiar, no juvenato, o modo de viver em família, para, ao lidar futuramente com educandas, mórmente internas, compreenderem seus problemas de ambientação, suas reações afetivas, sua conduta, por vêzes desajustada, dando-lhes a devida e maternal orientação, e não exijam delas a disciplina claustral.

Mesmo quando a situação nos lares não é a ideal, vão mais longe algumas opiniões autorizadas, alegando que há nelas oportunidade para formação de mentalidade mais larga, generosa, prenhe de sacrifícios e atos de renúncia e dedicação, notadamente se a família é numerosa.

Sob êste prisma, consideramos contra-indicado um juvenato precoce, longo e continuado, sempre nos mesmos moldes. Afigura-se-nos que até os 15 anos a convivência com a mãe e o meio familiar bem constituído é o melhor fator da formação humana, natural, base da formação religiosa. Lembremo-nos de que "a graça supõe a natureza" e não a suprime.

Pode-se aceitar a idéia de receber aspirantes antes dessa idade, em casos de ambiente deseducativo ou perigoso em família, ou falta de estabelecimento de ensino adequado, na localidade de moradia.

Qual será então o ambiente a proporcionar-lhes? A conclusão lógica e coerente é aproximá-lo o mais possível do da vida de uma boa família cristã: cordialidade no trato, inspirado pela verdadeira caridade de Cristo, substituindo os laços de sangue pelos da fraternidade cristã; educação da jovem para os diversos mistéres domésticos, de par com o curso escolar adequado; formação de sua personalidade, tendo-se o cuidado de não fazer uma superposição da própria personalidade; permitindo expansão natural para um conhecimento exato da alma da educanda, e conseqüente trabalho educacional; cultivo da piedade cristã com sólida formação em religião, sem aplicar-lhes a ascese própria da religiosa. A conduta, hábitos e regime de vida, sejam tão naturais quanto os de uma família, evitando-se artificialismo, rigidez, uniformizações desnecessárias, tirania do espírito, exploração do trabalho, unilateralismo de educação. A visita ao lar não deve ser mal vista, mas considerada como elemento favorável ao desenvolvimento psíquico normal da jovem e de análise das reações face à vocação.

III — Deve haver limite de duração do juvenato?

Da explanação do 2.º item deduz-se a solução para este quesito. Admitindo-se, em condições normais, a idade mínima de 15 anos para o recebimento no Aspirantado e, sendo de 18 anos a idade geralmente estabelecida por nossas Congregações de vida ativa, para admissão ao postulado, conclue-se que o máximo de permanência seria de 3 anos, tempo mais que suficiente para se obterem elementos positivos determinantes da seriedade ou viabilidade da vocação religiosa de uma jovem. Para as que mais tardiamente ouvem o chamado do Divino Mestre, sendo desconhecidas das Superiores, de Irmãs de mais experiência ou de Sacerdotes, e havendo dúvida em admiti-las imediatamente ao postulado, o estágio na casa das aspirantes seria de alguns meses ou um ano, a critério de um Sacerdote e da Irmã dirigente do Aspirantado, de quem se requer tino pedagógico, penetração psicológica, cultura geral, sólida formação religiosa e sadia espiritualidade. Estando em contacto com as jovens, ela encarnará o modelo da religiosa de sua Congregação aos olhos de suas filhas adotivas, donde se pode avaliar a responsabilidade do cargo.

Pensamos não haver necessidade de casas especiais, em separado, para as jovens já com vocação decidida, e as outras em expectativa ainda, donde a diferença que muitos estabelecem entre juvenistas e aspirantes, pois o essencial, nêsse período, a nosso ver, deve ser a formação integral da personalidade humana.

O cultivo da vocação será feito, proporcionando-se o conhecimento da beleza e sublimidade da vocação religiosa, da grandeza e elevação de uma vida consagrada a Deus pelo amor, que se concretiza e manifesta, especialmente, no amor ao próximo, a cujo serviço se dedica e se imola a religiosa.

Espírito de sacrifício, generosidade de sentimentos, psiquismo sadio, ausência de taras e doenças que inabilitem para a vida religiosa, e o trabalho próprio ao Instituto, seriam bases fundamentais para uma *seleção de valores* que é ainda uma das finalidades a que se destina o aspirantado.

Concluindo:

1.º — As casas para aspirantes, destinadas ao cultivo e amparo das vocações religiosas, são de grande utilidade para suprir a deficiência dos lares em preservar e incentivar o desabrochamento da vocação, e para neutralizar a influência contrária que poderia exercer o meio ambiente,

assim como para esclarecer, analisar, seleccionar as verdadeiras das apparentes vocações.

2.º — Conhecendo-se a importância e necessidade do meio familiar, ambiente natural no plano divino para a formação da personalidade humana, afigura-se-nos contra-indicado perderem as jovens o contacto com este ambiente antes dos 15 anos. Tornando-se necessário o afastamento do lar desde essa idade, ou antes, em casos especiais, proporcionar contacto com a família durante as férias.

3.º — Em regra geral — o limite máximo de permanência como aspirante, seria de 3 anos para as que não alcançaram a idade requerida pelo respectivo Instituto, e de um ano para os outros casos, quando necessário.



A VIDA COMUM NO CONVENTO

Ir. Águeda Francisca

“Em tôdas e cada uma das religiões deve-se observar perfeita vida comum, mesmo naquelas coisas que se referem aos alimentos, à roupa e à mobília (Can. 594 § 1). É assim que o Direito Canônico enuncia três coisas que não se restringem às comunidades religiosas. Cada família precisa de sustento, de vestiário e de mobília, aliás também a família religiosa. Mais o que distingue a mesma são os votos religiosos de pobreza, de castidade e de obediência, a vida conforme a Regra e as Constituições, a vida na virtude de religião, de penitência e de caridade para com o próximo.

Quando o Direito Canônico insiste que em tôdas as comunidades, “mesmo naquelas coisas que se referem aos alimentos, à roupa e à mobília, deve-se observar a vida comum”, pressupõe e exige que haja vida comum em todos os exercícios da vida religiosa, em tudo que se refere aos votos, às Regras e Constituições, à virtude da religião e às obras de caridade. É evidente, e contido no conceito de “vida religiosa”, que a vida comum é indispensável no que é essencial na vida religiosa. Que é necessária nas exigências da vida corporal, isto não é tão evidente. Mas a Igreja não deixa dúvida alguma a respeito. Está claro, com a vida comum em tôdas as condições da vida, ela quer, de um lado, assegurar a libertação dos cuidados terrenos e corporais, do outro lado, a dependência dos representantes de Deus como também quer ver estreitados os laços de família e de santa fraternidade.

No sentido da Santa Igreja a “vida comum” não permite preferência, distinção, diferença naquilo que é para todos e concedido a todos. Os que se uniram para aspirar à perfeição, hão de seguir pelo mesmo caminho

ao mesmo fim e empregar os mesmos meios. Pretensões e singularidades, como também inconstância, devem ser vencidas, e com esmero será cultivada a virtude de fortaleza e abnegação própria. Todos não terão o mesmo cargo, a mesma tarefa a fazer, nem o mesmo trabalho. Não haverá igualdade ao pé da letra, não há necessidade de duro mecanismo maquinal. Tudo o que se refere ao aspirar à perfeita virtude, há de desenvolver-se orgânicamente e cheio de vida, há de crescer, florescer, amadurecer e conservar-se pela íntima compreensão do valor e da obrigação da vida comum, pela vontade livre de santificação própria e do generoso amor à vida comum.

Entretanto, o caráter e as forças não são iguais em todos, por isso a vida comum não pode exigir que nunca se concedam dispensas. Idade, fraqueza, doença, trabalho excessivo, exigem tratamento, repouso, recreio. Ainda deve considerar-se que talento e força, temperamento e caráter, foram distribuídos pelo Criador de maneira desigual. Estabelecer a este respeito harmonia e concórdia, pertence à prudência no cultivo da vida comum.

O desenvolvimento e o cultivo da vida comum deve começar cedo, e nunca há de cessar. Postulantes e noviças devem ser instruídas e formadas, e as jovens professoras serão levadas adiante. Hão de ver exemplos edificantes. Não só as Superiores e as encarregadas da educação das candidatas, todos os membros da comunidade hão de dar bom exemplo para animar as principiantes. Por isso, na casa-mãe, o viveiro das futuras religiosas, não deveria haver religiosas que não acompanham a vida comum de maneira modelar. Para superiores só se escolherão membros que estimam e observam pontualmente a vida comum. Capacidade para o cargo de superiora não se manifesta por um exterior simpático; se não houver compreensão e amor à vida comum, não saberá despertar e cultivá-lo. Ela deve ter provado seu zelo na observância da vida comum, que é um dos primeiros deveres da superiora. Ela tem "a obrigação da residência", desde a manhã até a noite deve estar no meio de suas súditas, há de estar sempre na ponta, seja para rezar, ou trabalhar, seja para as refeições, para o recolher ou para a recreação. Boas superiores observam a norma dada pela Santa Igreja, maternalmente cuidarão de tudo de que a casa diariamente precisa, sem conceder o supérfluo e sem negar o necessário. Devem saber que promovem a vida comum, tendo para as fraquezas humanas vista aberta e um coração bondoso, quando as súditas confiantes lhes manifestarem o que lhes falta. Mas devem negar o que não poderia ser concedido a todas em condições iguais.

A direção das Congregações e os capítulos têm grave responsabilidade quanto à estima, prática e conservação da vida comum. Às Mestras no Postulantado e Noviciado, como também às superiores locais, devem ser lembrados e encarecidos os princípios e avisos da Igreja como pontos essenciais da formação religiosa. Grande atenção será dada aos relatórios das casas referentes ao ponto de vista da vida comum. Inovações na moradia, igreja, na atividade e nas relações, modificações no inventário, quando se trata de luxo supérfluo e esquisitices são para evitar. Todos os súditos devem convencer-se de que seu bem-estar é bem assegurado com a adaptação à vida comum. Não se considerem como operários ou empregados, e sim como filhos de casa com todos os direitos, mas também com tôdas as obrigações. Boas Irmãs consideram as superiores órgãos pelos quais Cristo governa, fala, censura; ou ainda como mães cuidadosas que, com carinho e bondade, com experiência e circunspecção zelam pelo bem de todos. Consideram honra e alegria facilitar às superiores os cuidados do cargo e a responsabilidade, harmonizar as có-Irmãs em tudo, tratar todos os membros da comunidade com delicadeza, prestando-lhes todo o auxílio, para tornar-lhes a vida comum agradável. Enfim, o amor e o zelo de promover a vida comum há de dominar a tôdas, superiores e súditas, sejam elas idosas ou jovens, para que tôdas, sem exceção, ao sentir despertar um desejo de pedir dispensa, isolamento ou preferência, logo saibam opôr um "Alto lá", considerando as consequências, se tôdas da casa ou da Congregação se apresentassem com as mesmas exigências e pretendessem qualquer dispensa desnecessária.

A — Prática e extensão da vida comum.

O desenvolvimento da vida comum tem sua história. Desde a vida mortal de Nosso Senhor Jesus Cristo neste mundo, houve almas zelosas que, imitando seu exemplo, ou procuraram a solidão ou preferiram viver em comunidade religiosa. Jesus viveu trinta anos com Maria e José em Nazaré. O desenvolvimento da Igreja, também quanto à vida consagrada a Deus, fêz reconhecer a vantagem da vida comum em comunidade sôbre a vida solitária dos eremitas. Atualmente todos os que vivem em Congregações religiosas são obrigados a observar a vida comum. "Em tôdas as Congregações deve-se observar a vida comum", seja que os membros se ligam por votos solenes ou simples, temporários ou perpétuos, seja que se dedicam à vida contemplativa ou ativa ou mista. A Igreja quer que seja

observada exatamente. Às superiores compete dar as prescrições correspondentes, elas hão de cuidar que sejam removidas dificuldades e entraves. Durante o noviciado deve ensinar-se a prática que mais tarde deve ser lembrada sempre de novo. O zelo pela observância há de ser sempre reanimado pelo bom exemplo. Superiores e súditas acostumar-se-ão à vida comum, dar-lhe-ão muito apreço, amá-la-ão com tôdas as veras do coração, observá-la-ão com gosto e fielmente, aceitando os sacrifícios inerentes, estimular-se-ão mutuamente na prática fiel. Assim se tornará uma segunda natureza, de modo que a religiosa fora da vida comum se sente fora do seu elemento como o peixe fora da água.

A Santa Igreja acentúa, como já foi dito, “Também naquelas coisas que se referem aos alimentos, à roupa e à mobília”, fazendo assim notar que a verdadeira formação e a fidelidade na vocação da religiosa se manifesta pelo zelo com que tôdas porfiarem na vida comum até nas coisas aparentemente insignificantes. Seu zelo não faça achar pequeno nada do que a vida consagrada a Deus traz consigo, nenhum exercício comum de menos importância. A tudo se dediquem com fervor e fidelidade. Aceitem da Igreja as Constituições aprovadas, considerando com ufania que mereceram a sanção da Igreja as muitas prescrições e normas que regulam sua vida consagrada a Deus até nas mínimas coisas. Já não há lugar para opinião própria, para comodidade, vacilação e desordem. Sobre quanto as Constituições contém — e é toda a vida comum — paira a palavra da Igreja como luz e guia: “Todos os religiosos, os superiores como também os súditos, são obrigados a viver conforme as Regras e Constituições, tendendo dest’arte à perfeição do seu estado”. (Cân. 593).

Se a vida religiosa das consagradas a Deus deve chegar ao apogeu na imitação de Cristo pela abnegação de si mesma e no carregamento da cruz, então não poderá faltar a convicção de que toda a vida religiosa deve ser vivida conforme esta determinação. E é na vida comum que se realiza, pois é uma corrente ininterrupta de renúncias à vontade própria e de mortificações de tôdas as tendências, instintos e hábitos. Oferece uma forte resistência contra a arbitrariedade e esmorecimento, contra a fuga do sacrifício e da cruz. Uma verdadeira pedra de toque do verdadeiro espírito de sacrifício é a vontade séria de desaparecer humildemente, de passar despercebida e de subordinar seus desejos pessoais ao bem comum. Enquanto os desejos de singularidades revelam disposições de soberba, o que facilmente aborrece as outras, é um belo traço de verdadeira caridade que desperta correspondência, seguir, sem chamar atenção, pelo ca-

minho comum com simplicidade, adaptando-se de boamente a tôdas, e trabalhar com tôdas evitando sempre qualquer singularidade. Neste espírito de comunidade está contida uma reverente fidelidade à boa herança daquelas que nos precederam e uma vitoriosa defesa contra a inconstância humana e a mania de modernização dos dias de hoje. Quando as superiores guadarem bem o legado, e as súditas ajudarem a conservar e cultivá-lo, a fé vencerá o espírito humano; a santa harmonia, as desavenças; a graça, a natureza; o amor a Deus, a vontade própria. A luz estará sôbre o candieiro para todos os de casa e de fora, para que louvem ao Pai que está no Céu.

B — Domínio.

A vida comum não se restringe a partes, abrange tudo na vida do convento. Falando em domínio da vida comum, vamos reunir o que na vida prática se encontra no primeiro plano.

1) A ordem da vida, do trabalho e da administração está determinada nas Constituições para tôdas as casas e todos os membros. "Tôdas, superiores e súditas, não só observarão os votos fiel e inviolavelmente, mas hão de orientar sua vida conforme as Regras e Constituições, tendendo dest'arte à perfeição do seu estado" (Cân. 593). Logo hão de

2) acompanhar as obras e os exercícios da virtude da religião: Santa Missa, Santa Comunhão, Horas Canônicas, Confissão e os exercícios de piedade da comunidade pontualmente, com constância desde o início até o fim.

3) Lugar, habitação, cela ou quarto, trabalho, tempo e espécie do trabalho, a remuneração, tudo seja regulado pela obediência e pobreza conforme as Constituições e outros preceitos, tudo disposto e executado em vista do bem comum (Cân. 594).

4) Sustento, alimentação, bebidas, remédios, meios de refrigério, também presentes, tudo se conserve e se use em comum conforme prescrição da Superiora.

5) Vestuário, tanto interior como exterior, quanto à fazenda, qualidade, aproveitamento de peças gastas, em tudo devem ser seguidas fielmente as determinações da obediência, pobreza e costumes, usando tudo com cuidado até o desgaste final (Cân. 594).

6) Tudo que os membros adquirirem pelo trabalho ou o que lhes fôr dado em atenção à comunidade, presentes ou gratificações, devem

entregá-lo para que se conserve no depósito comum; dispôr de dinheiro ou de coisas, do uso-fruto das mesmas, sua administração, só é permitido em dependência da Superiora, que não permitirá a nenhuma religiosa ter uma caixa particular.

7) Saídas, viagens, desvios da viagem, visitas, a correspondência, receber visitas, a maneira de se dar, as relações com pessoas de fora, comunicações às mesmas ou a repartições públicas, em tudo observe-se a dependência da Superiora e as obrigações da obediência.

C — Disposição.

A vida comum serve para formar e cultivar uma excelente disposição. Pois exige e promove:

1) Seriedade decidida contra tôda tibieza que não subsistirá em presença do bom exemplo de todos, do forte impulso da parte de todos ao zêlo, e da vigilância assídua.

2) O zêlo alegre no cumprimento do dever como preventivo mais eficaz contra qualquer moleza e ainda mortificação de sensualidade.

3) Intransigente extirpação dos defeitos da vontade que na vida comum facilmente causam mau humor, inveja, amargura, singularidade.

4) Inteligente compreensão que submete todos os planos e desejos próprios ao bem e à atividade comum, tornado assim bem sucedida a atividade pessoal.

5) Espírito de fé e cuidado de, nesta parte do corpo místico, demonstrar e provar perante céu e terra, a santidade da verdadeira Igreja.

6) Firmeza de vontade em nobre emulação com muitos outros para alcançar a altura normal da vida virtuosa, aproveitando o apôio, auxílio e amparo da comunidade.

7) Resolução e constância que, em almas eleitas, faz passar a medida normal da virtude e isto sem esmorecer até a morte, levando assim ao heroísmo da virtude, à santidade consumada.



O INSTITUTO DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA OU SALESIANAS DE S. JOÃO BOSCO

Irmã Ondina Santos, F.M.A.

A Pedra Angular

Em família humilde e pobre procurou Deus aquela que, nas mãos de D. Bosco, o Santo Fundador, deveria ser a pedra fundamental de um instituto consagrado ao bem do próximo, em homenagem à Virgem Santíssima.

A 9 de maio de 1837, em Mornese, Diocese de Acqui, Piemonte, Itália, nasceu Maria Domingas Mazzarello. Sob os cuidados de pais sinceramente cristãos, cresceu virtuosa, no santo temor de Deus e naturalmente inclinada à piedade, desde os tenros anos.

Era a primeira entre sete irmãos. Desde cedo habituara-se ao trabalho auxiliando a mãe nos serviços caseiros, e quando os anos lho permitiram pôs-se ao lado do pai nos rudes trabalhos do campo.

Seu amor a Deus a atraía à igreja: diàriamente furtava horas ao sono, vencida a longa estrada, ia até a igreja do povoado onde recebia a sagrada comunhão e voltava a casa antes do início dos trabalhos da lavoura.

O Vigário, Pe. Pestarino, acompanhava os progressos daquela jovem que vira pequena levada à igreja pelos pais, mais tarde triunfando galhardamente nos certames de catecismo; agora Filha de Maria exemplar, joia preciosa ante o altar da Virgem, e com outras companheiras, auxiliar do paróco.

Os Caminhos de Deus

Quantas vezes um acontecimento desagradável é o caminho traçado por Deus para a realização de um bem, e isto se verifica na vida de Maria Domingas Mazzarello.

Em 1860 grassou na povoação de Mornese uma epidemia de tifo. Uma das primeiras famílias atingidas foi a de um tio de Maria Mazzarello. Todos, pais e filhos, foram atacados pelo mal: não havia quem cuidasse deles. Informado da situação, o Vigário dirigiu-se ao sítio de José Mazzarello, e solicitou-lhe os serviços da filha junto dos parentes enfêrmos.

É fácil compreender o receio do pai e por fim:

— Não a mando; mas, se quiser, não me oporei.

Caridosamente, deixou Maria sua casa tranquila e na de seus tios transformou-se em dedicada enfermeira, prestando aos doentes todos os cuidados. Não se poupou e com alegria viu seus parentes livres do mal; mas, dias depois, estava ela às portas da morte. Salvou-se por um milagre.

A família e os amigos reconheceram em sua cura a intervenção de Nossa Senhora.

A convalescença fôra longa e penosa. Quando o médico lhe dera alta, quis voltar à vida laboriosa de antes, porém, não o conseguiu: a seus braços faltava a robustez de outrora, e seus pais afastaram-na das labutas agrícolas. Maria procurava, então, um meio de ser útil, buscava um trabalho adaptado a suas condições físicas. Planejou aprender costura e os pais aprovaram-lhe a idéia.

À sua amiga, Petronilla Mazzarello, que residia na povoação, expôs o projeto.

Havia no lugar um alfaiate, católico exemplar, que trabalhava auxiliado pela espôsa, mas não era suficiente para atender ao grande número de fregueses. A êle se dirigiram as duas jovens e ficou combinado: receberiam lições de corte e costura de setembro de 1861 à Páscoa de 1862.

Maria contentíssima dizia à companheira: “Depois abriremos uma escola para meninas. As irmãs nô-las enviarão. Ensinar-lhes-emos, com a costura, o amor de Deus e a prática das virtudes cristãs, mas desde agora devemos pôr a intenção de que “cada ponto seja um ato de amor de Deus”.

O alfaiate, Sr. Valentim Campi, admirava as duas discípulas tão modestas, piedosas, inteligentes e laboriosas. À medida que se tornavam capazes confiava-lhes trabalhos a serem executados em casa, de modo que se tornaram aptas a cortar e costurar as diversas peças do vestuário.

Uma outra Filha de Maria, Teresa Pampuro, cedeu um quarto de sua casa onde foi instalada a “escola de costura”. Em breve foi necessário outro cômodo pelo aumento do número das alunas.

Com licença dos pais Maria passou a residir em Mornese com as companheiras.

A “plantinha” crescia sob o manto da Virgem.

Acontecimento doloroso deu início à outra obra. Tendo um vendedor ambulante ficado viúvo com duas filhinhas, uma de seis e outra de oito anos, por indicação do Vigário, confiou as crianças aos cuidados das Filhas de Maria: era o embrião dos muitos orfanatos do futuro.

Aconselhada por Pe. Pestarino, alugou uma casa maior. As alunas eram muitas, pois, as mães experimentavam sossego e alegria quando suas filhas se achavam na “oficina de Maria”, e as meninas suspiravam por aquelas horas úteis e agradáveis.

Aos domingos, após o catecismo, no quintal da “escola”, a dedicada professôra entretinha suas alunas com divertimentos sadios e, de quando em quando, arranjava também passeios ou merendas em sítios, fora do povoado. Era o início dos “Oratórios Festivos femininos”. Ela, sem o saber, imitava D. Bosco.

Seu zelo pelo bem das alunas não poupava sacrifícios. Certa vez, durante o carnaval, organizou, no pátio da escola, um baile “sui generis” para subtrair ao baile público a juventude feminina. Seu esforço foi plenamente recompensado, pois, os foliões não puderam realizar os próprios planos: não houve o muito anunciado baile do carnaval porque as moças se dirigiram para a casa da Imaculada, isto é, para a escola das Filhas de Maria onde cristãmente se divertiram.

Frequentes reuniões festivas, teatrinhos, jogos, excursões, de tudo se valia com o fim de subtrair as meninas e jovens aos perigos de outros divertimentos locais.

Ainda os Caminhos de Deus

S. João Bosco, após grandes dificuldades, a 5 de junho de 1841 é ordenado sacerdote e a 8 de dezembro do mesmo ano inicia sua grande obra na sacristia da igreja de S. Francisco de Assis, em Turim. Bartolomeu Garelli, o rapazinho operário, órfão de pai e mãe, foi o início dos “Oratórios Festivos”. A partir desse dia, tendo sempre brilhante, como estrêla a guiar-lhe os passos, o “sonho dos 9 anos”, D. Bosco enfrentou tenazmente tôdas as dificuldades para cumprir a missão que recebera da Virgem SS.

As obras foram surgindo: amparo ao menino abandonado... escolas de artes e ofícios... orfanatos... colégios...

A princípio fôra auxiliado por sacerdotes amigos; depois, encorajado pelo Santo Padre e até pelo Presidente do Conselho, Urbano Rattazzi, deu

à Sociedade já existente privadamente, forma externa, pois, a 14 de maio de 1862 os primeiros 22 discípulos do Santo emitiram na sua presença, os primeiros votos públicos que os ligavam a seu Pai e Fundador.

A Congregação Salesiana espalhava-se prodigalizando em tôda a parte o bem.

A ordem da Virgem Santíssima

Não pensava D. Bosco em fundar uma Congregação feminina, mas depois andava procurando um meio de obedecer a certas inspirações do Céu corroboradas pelos conselhos de pessoas eminentes entre as quais o próprio Santo Padre.

Alimentava tais pensamentos quando em 1867 um "sonho", como chamava suas visões, veio mostrar-lhe a vontade da Virgem SS.

E êle quem o narrou assim:

"Vi-me, em sonho, na praça Vitório, em Turim, onde várias meninas gritavam, brincavam, e, parecia-me, estavam abandonadas; ninguém se preocupava com elas. Ao perceberem minha presença, correram para mim exclamando: "Viva D. Bosco!" e a seguir: — Cuide de nós, D. Bosco!

Procurei afastar-me enquanto lhes dizia:

— Outras pessoas, cuidarão de vós... não é esta minha missão... já tenho o encargo dos meninos!

Elas, porém, insistiam. E as maiores, suplicantes repetiam: — Veja, estamos abandonadas!...

Nêste momento, à frente delas, a majestosa Senhora, tôda resplandecente, com autoridade, ordenou-me: — "Olhai por elas, são minhas filhas!" E despertei.

Era, pois, esta a vontade da Virgem e D. Bosco aguardava ocasião oportuna para obedecer-lhe, quando em uma reunião do clero, na cidade de Acqui, se encontrou com o Padre Domingos Pestarino, Pároco de Mornese. Em conversa revelou-lhe D. Bosco a intenção de fundar um instituto para a educação das meninas, seguindo o sistema e programa salesiano usado por seus filhos com os meninos.

— Talvez as Filhas de Maria Imaculada, de Mornese, possam auxiliá-lo nisto, disse o Padre Pestarino.

— Quem sabe? Tornaremos a falar sôbre o assunto.

Meses depois o Padre Pestarino podia ser incluído entre os salesianos. Aceitou-o D. Bosco, mas com a condição de que continuasse em Mornese a dirigir as Filhas de Maria.

Ao voltar desta vez à aldeia levou, o bom Pároco, a Maria e a Petronila, uma lembrança de D. Bosco: duas medalhas e um bilhete recomendando-lhes que rezassem muito e continuassem animadas na obra empreendida que era de acôrdo com a Vontade divina.

O bilhete era o programa substancial da Sociedade Salesiana. Escrevera o Santo: — “Rezai sempre, mas fazei também à juventude o maior bem que puderdes; fazei todo o possível por impedir o pecado, mesmo que seja um só pecado venial.”

Pouco tempo depois, por motivos de apostolado, D. Bosco foi a Mornese várias vêzes, e pôde ver o trabalho apostólico das jovens cujo número aumentava sob a guarda zelosa de Padre Pestarino que procurava seguir fielmente as diretrizes dadas por D. Bosco.

Em princípios de 1871, o Santo Fundador reuniu o Capítulo Salesiano para comunicação importante, e a seus auxiliares disse mais ou menos o seguinte: “Há muito tempo estou recebendo conselhos de pessoas respeitáveis para fazer em favor das meninas o que já estamos fazendo, com a graça de Deus, pelos meninos. Se fôsse seguir minha inclinação, não assumiria tal emprêsa. Mas tem havido tanta insistência, que receio furtar-me à Vontade Divina. Vamos, portanto, refletir. Vamos pedir a Deus esclarecimentos sôbre o que exige de nós para sua maior glória e bem das almas. Durante êste mês tôdas as nossas orações tenham a intenção de pedir ao Céu as luzes necessárias”.

Terminado o mês obteve o parecer favorável de todos os membros do Capítulo Salesiano. A seguir comunicou a Padre Pestarino a resolução tomada: — Em Mornese seria iniciado o novo Instituto.

Logo depois foi a Roma onde negócios importantes exigiram sua presença. Teve ocasião de falar várias vêzes com o Santo Padre a cuja apreciação submeteu o projeto do Instituto feminino sob a égide e nome de Maria Auxiliadora.

O Santo Padre Pio IX, alguns dias depois disse a D. Bosco: “Refleti. A nova Congregação será para a glória de Deus e bem das almas. Formulai as vossas Constituições, começai a experiência e o resto virá naturalmente.”

O Santo não perdeu tempo. Compilou as Constituições; entregou-as ao Padre Pestarino para que as pusesse à prova entre as Filhas da Imaculada. Como critério na escolha das que podiam tornar-se Filhas de Maria Auxiliadora sugeriu-lhe: “As que são obedientes até nas cousas pequenas,

que não se milindram com as observações recebidas, que dão provas de espírito de mortificação.”

O bondoso sacerdote passou o manuscrito de D. Bosco às Filhas da Imaculada, convidando-as, em nome do Santo, a lê-lo atentamente, a estudá-lo bem e a dizer-lhe depois com tôda a confiança se algum artigo era demasiadamente difícil ou menos apropriado.

As Filhas de Maria Auxiliadora

A 6 de janeiro de 1872, chamado por D. Bosco, que se achava convalescente de grave enfermidade, foi Padre Pestarino a Varazze.

O Santo pediu-lhe notícias pormenorizadas das futuras Filhas de Maria Auxiliadora e disse-lhe que procedesse à eleição da Superiora e do Capítulo da pequena comunidade de Mornese.

No dia 29, festa de S. Francisco de Sales, reuniram-se, em número de 27, para a votação. Logo no primeiro escrutínio foi eleita Maria Mazzarello, com 21 votos.

Faltavam, apenas, o hábito e o nome para que a singela comunidade tivesse o aspecto de um instituto religioso. A 5 de agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, depois de um retiro de oito dias, na presença de D. Bosco, o bispo diocesano, D. José Sciandra, deu o hábito às novas religiosas. Eram quinze e onze pronunciaram os votos trienais.

Neste dia memorável disse D. Bosco a suas filhas: “Vós vos chamareis Filhas de Maria Auxiliadora”. — Era intenção do Santo perpetuar nêsse título, através dos tempos, sua filial gratidão para com a Virgem Santíssima, a Mãe querida, Inspiradora e Guia de suas obras.

Profecia de D. Bosco sôbre a Congregação

Alguns dias depois da fundação do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, ao instalar as Irmãs em residência própria, construída em um sítio pouco distante da aldeia, D. Bosco lhes disse:

“Tereis alunas, alunas, em tão grande número, que não sabeis onde as colocar. Agora sois muito poucas e tão pobres! Mas não vos desanimeis. Mantende-vos fiéis à regra que vos tracei e vereis crescer prodigiosamente vosso número. Por intermédio de vós a SS. Virgem deseja vir em auxílio das filhas do povo”.

D. Bosco viu o futuro. Provaram-no os fatos. E 1872 havia 15 Religiosas, uma casa. Aos poucos a obra se estendeu pela Itália... pelos

outros países da Europa ... América ... Ásia. . . África . . . Oceânia. Atualmente são 1.174 casas e 16.000 Filhas de Maria Auxiliadora.

Procuram seguir as pegadas do Santo Fundador dedicando-se:

a) À infância e juventude: Oratórios Festivos, Orfanatos, Asilos, Colégios, Escolas Normais, Domésticas, Noturnas, Assistência a operárias, Escolas Profissionais.

b) À Associação de Ex-alunas, Pensionatos.

c) Às missões entre os indígenas.

d) Aos doentes nos hospitais e lazaretos.

Em 1872 a vida das Irmãs era regulada pelas Constituições que o Fundador escrevera para elas; mas, em 1906, êsse manuscrito foi impresso e recebeu a aprovação de Roma que com êsse fato aprovou tôda a Sociedade.

S. João Bosco faleceu a 31 de janeiro de 1888 e foi canonizado a 1.º de abril de 1934.

Santa Maria Domingas Mazzarello, falecida a 14 de maio de 1881, a 24 de junho de 1950 foi elevada às honras dos altares. Não só a recente canonização de S. Domingos Savio, o jovem aluno de S. J. Bosco, é sole-ne afirmação do sistema preventivo do Santo Educador, como o não pequeno número de Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora que se santificaram com a observância das Constituições prova ter sido êle guiado pela Virgem SS., ter sido, como diz o "oremus" da sua Missa, destinado por Deus para mestre e pai dos jovens e instrumento da Vontade Divina para que na Igreja florescessem novas famílias.

Continue a "Majestosa Senhora" a cobrir com seu manto os filhos de S. João Bosco para que seja conservado o espírito por êle deixado: Espírito de simplicidade, de alegria, de pureza, de trabalho santificado, tudo gravitando em torno de Jesus Sacramentado, de Maria Santíssima e do Papa.

As 88 casas das Filhas de Maria Auxiliadora, no Brasil, estão divididas em quatro Inspetorias cujas sedes são:

1 — Inspetoria de Santa Catarina de Sena — Colégio de Santa Inês — Rua Três Rios, 362 — S. Paulo. (E. de São Paulo).

2 — Inspetoria de Santo Afonso — Colégio N. S. Auxiliadora — Rua Pedro Celestino, 1.436 — Campo Grande — (E. do Mato Grosso).

3 — Inspetoria de Maria Auxiliadora — Rua Joaquim Nabuco, 237 — Capunga — Recife — (Pernambuco).

4 — Inspetoria de Madre Mazzarello — Ginásio XII — Avenida do Contorno, 8.902 — Belo Horizonte (Minas).

CRÔNICA DA SEGUNDA SEMANA DE ESTUDOS

Realizada em Salvador, de 6 a 10 de Fevereiro de 1956.

Como no ano passado, as Religiosas acorreram às "Mercês", alegres e vivamente interessadas pelos estudos da Segunda Semana.

Vinham pontualmente às 8,30 e às 14,30. A Semana foi êste ano encurtada pela proximidade do Carnaval. A Diretoria, temendo as dificuldades de transporte que poderiam surgir para as Semanistas que deveriam regressar às casas do interior do Estado e de Sergipe, resolveu encerrar os trabalhos na tarde de Sexta-feira, dia 10. Nem por isso a Semana deixou de ser frutuosa.

O programa estava dividido em duas partes. A primeira dedicada ao estudo do tema: "A formação dos religiosos". A segunda consagrada ao: "Apostolado dos religiosos".

No primeiro dia, Segunda-Feira 6, o horário foi um pouco alterado pois tivemos a grande satisfação de contar com a presença sempre animadora do Revdo. Padre Irineu L. de Souza, Secretário da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Falou à assembléia sôbre o andamento da grande organização, esclarecendo alguns pontos desconhecidos. Fez-nos ver as vantagens que dela decorrem para tôdas as Casas religiosas e, frisou principalmente a idéia da grande fôrça que representamos no país.

O incremento até agora verificado é garantia de maiores progressos no futuro, demonstrando claramente como as obras de Deus prosperam embora comecem com escassos recursos materiais.

Êste primeiro dia começou pela celebração do Santo Sacrifício da Missa pelo Revdo. P. Irineu com a assistência de numerosas Semanistas. Nos "mementos" foram lembrados todos os Religiosos que militam no imenso campo de apostolado desta Secção, e os que nos precederam no

mesmo labor, regaram êste solo com seus suores, hoje descansam em paz.

Logo após, realizou-se a primeira sessão plenária, presidida pelo Revmo. D. Plácido Staeb, D.D. Arquibade de S. Bento. O Rvedo. Frei Walfredo Tepe. O.F.M. apresentou a sua tese: "A formação humana". Tão apreciada foi que o Rvedo. Padre Irineu pediu que fôsse publicada in extenso na revista da Conferência.

A assembléia dividiu-se em três grupos dirigidos pelos RR. PP. D. Tito O.S.B. Audilio Neves C.M. e Frei Walfredo Tepe. As Reverendas Superiores e Mestras de Noviças formaram o quarto grupo sob a direção do Revdo. P. Dainese, Presidente da Semana, estando presente o Revdo. P. Irineu L. de Souza. O tema foi assim estudado sob vários aspectos e os diferentes grupos prepararam as conclusões para a sessão plenária da tarde. Esta realizou-se às 14,30 para novo debate que se encerrou com a aprovação das conclusões.

No dia 7, o Revdo. Padre Irineu seguiu para Maceió onde era esperado para a criação de nova Secção da Conferência e devia dirigir os trabalhos da primeira Semana de Estudos. No segundo dia, após a leitura da ata das sessões do dia anterior, o Revdo. D. Tito O.S.B. apresentou bela tese sôbre a "Formação cristã, base da formação religiosa". Em linguagem clara mostrou o que deve ser a vida cristã, considerada como participação da vida divina. Pôs em evidência as responsabilidades sociais decorrentes da nossa incorporação ao Corpo Místico de Cristo. A pedido do Revdo. P. Dainese a tese será distribuída aos Semanistas que assim poderão estudá-la mais detidamente e aprofundá-la na meditação.

Os grupos formados e dirigidos como no primeiro dia prepararam as conclusões para serem discutidas em plenário, o que se fez na sessão da tarde que foi muito interessante e prática.

Coube ao Revdmo. Padre Dainese, Presidente da Sessão, tratar do assunto importante que devia ser o ponto culminante da Semana: "A formação religiosa." A longa experiência e o conhecimento dos problemas da vida religiosa, permitiram ao Rvedo. Relator traçar em linhas magistrais os diversos aspectos dum tema que poderia ser assunto de uma semana inteira. Esperamos que em Semanas ulteriores seja de novo estudado, com a atenção que merece, máxime no tocante aos problemas de adaptação às necessidades dos nossos tempos.

Na sessão plenária da tarde, após discussão e aprovação das conclusões preparadas pelos grupos, o Revdmo. Presidente procedeu ao já anunciado "exame de consciência". Pausadamente, leu as resoluções da

Semana de 1955 a fim de vermos juntos o que se conseguiu realizar e o que ainda resta a fazer. Assim, as conclusões da primeira Semana foram reafirmadas e incluídas nas da Segunda.

Estava vencida a primeira etapa. O Revdo. Presidente anunciou à Assembléia o novo ritmo a que iria obedecer o programa nos dois dias que nos restavam.

Os Semanistas dividiram-se desde a primeira hora em três setores tendo à frente um Revdo. para dirigir os debates e orientar as conclusões.

As Educadoras com o Revdo. Padre Audílio Neves, já bem conhecido em nosso meio pela rara compreensão dos prolemas educacionais. As Hospitaleiras com o Revdo. D. Tito O.S.B. cuja competência no campo do apostolado hospitalar e da moral médica é bem apreciada na Bahia. As Assistentes Sociais com o Revdo. Frei Jorge O.F.M. Diretor da importante obra social do "Circulo Operário". Nas poucas palavras que dirigiu à assembléia, sentimos sua visão vasta e seu conhecimento dos problemas concretos do nosso meio. Infelizmente cada Semanista teve de se limitar a um setor, embora fosse grande o interêsse despertado pelos outros, principalmente por êsse último.

Foram animadas essas sessões especializadas. As trocas de idéias e o esclarecimento de dúvidas se fez mais facilmente, ficando assim tôdas satisfeitas com essa organização.

À tarde ouvimos a palavra angustiada de Irmã Dulce, que tôda a Bahia já conhece e estima. Há anos esta religiosa Concepcionista trabalha com alma de apóstola nos bairros onde a miséria moral e espiritual vão de mãos dadas com a miséria material.

Após citar fatos verdadeiramente impressionantes presenciados por ela mesma, dirigiu apêlo veemente às Superiores das Casas Religiosas da Capital no sentido de empreendermos uma ação conjunta indicando pelo menos uma Religiosa que, acompanhada de algumas alunas, dedique 2 horas por semana à visitar êsses centros populosos. Abandonados espiritual e materialmente aí estão milhares de almas, expostas à influência sempre crescente do protestantismo, do espiritismo e do comunismo.

A sugestão será estudada em reunião das Superiores que tudo farão, por certo para responder ao pedido da querida Irmã que despertou no auditório a mais viva simpatia.

Além das sessões de estudo previstas no programa, tivemos o benefício de assistir uma série de palestras feitas pelo Revdo. Padre Neves,

sôbre a "Pessoa Humana". Auxiliado por um esquema de sua autoria que bem se poderia chamar de mapa-mundi do ser humano, baseado na doutrina de Santo Tomás de Aquino, o Revdo. Padre nos rasgou novos horizontes para o conhecimento da natureza humana na sua complexidade. Mostrou-nos a necessidade de compreender o ser humano com suas imensas possibilidades e com as suas feridas decorrentes do pecado original. Essa compreensão é condição essencial para que o apostolado seja eficiente em qualquer setor, pois trata-se de levar a Deus o homem todo.

Chegou depressa o último dia. O interêsse fôra num crescendo contínuo e havendo ainda muita coisa que dizer e muito que perguntar daqui e dali, surgiram sugestões para o próximo ano. A Diretoria da Conferência acolheu com simpatia a idéia de se organizar um curso intensivo de quatro semanas precedendo imediatamente a Semana de Estudos que se realizará sempre na primeira quinzena de Fevereiro.

Sexta-feira. Os grupos se reúnem para o estudo do tema: "O apostolado da graça santificante". Desperta muito interêsse frisando-se a necessidade da vida sacramental. Sente-se em tôdas um desejo crescente e comunicativo de aprender, de melhorar, de progredir. Do choque das idéias nasce a luz. Há muita cordialidade; e a união dos corações e dos espíritos é um fato real, uma realidade palpável. *O Ubi caritas et amor*" que encerra tôda sessão, toma cada dia maior significação.

Um assunto de grande relevância ficou sem ser bastante esclarecido; o do ensino da religião em nossos Colégios, tanto no tocante ao número de horas a êle consagradas por semana como aos métodos adotados.

Na última assembléia geral, após a leitura da ata e as comunicações feitas pelo Revdo. Presidente, tivemos a honra de receber a visita de S. E. o Sr. Cardial da Silva, que se dignou encerrar com sua bênção os trabalhos dos Religiosos aqui reunidos com o fim de estudarem os meios de melhor servir a Santa Igreja.

S. E. Rvedma. veio acompanhado do Exmo. D. José Terceiro, Bispo auxiliar da Bahia, de S. Excia. D. Inocêncio, Prelado de Piauí, e de D. Plácido Staeb D.D. Arquibade da Congregação Beneditina do Brasil, que havia presidido a sessão da abertura.

A assembléia recebeu os ilustres visitantes com calorosa salva de palmas.

Feita a saudação pelo Revdo. Presidente e lidas as conclusões da Semana, S. Emcia. Revdma. dirigiu palavras de incentivo no trabalho apostólico, recomendando insistentemente a intensa significação da cate-

quese e da Obra das Vocações Sacerdotais. Comunicou a notícia do falecimento do seu irmão, recebida poucos momentos antes, o que não impediu o zeloso pastor de trazer a sua bênção aos Semanistas.

Terminada a Sessão, todos se dirigiram para a Capela onde foi cantado solene Te Deum em ação de graças por esta Semana abençoada, que, por certo, deixará nos corações dos que dela participaram uma grata recordação.

Congregavit nos in unum Christi amor!

RETIRO DAS RELIGIOSAS

A pedido de algumas Congregações religiosas, foi organizado mais um retiro para religiosas na Casa Arquidiocesana de Retiros Femininos, rua Pereira da Silva, 136 — Laranjeiras — 25-8133, de 5 a 12 de julho, que será pregado pelo Revmo. Padre Tarcisio Camargo de Barros, S.J.

As inscrições já estão abertas; para maiores informações, dirigir-se ao Convento de Nossa Senhora do Cenáculo, Rua Pereira da Silva, 135, Distrito Federal — Tel. 25-8133.

NOVAS FUNDAÇÕES

Mauriti — Ceará — Há necessidade de uma Congregação Religiosa feminina que aceite a direção de um colégio equiparado e escola normal. O colégio está ainda com o curso primário, mas tenciona-se ter e equiparar o curso médio. A paróquia doará um salão de festas e dois salões para aulas, já construídos, e terreno para as construções que se entenderem fazer. O Vigário e o Bispo Diocesano comprometem-se à manutenção inicial das Irmãs.

Bocaina do Sul — Santa Catarina — O Vigário e os paroquianos pedem 2 ou 4 Irmãs para tomarem conta do jardim de infância e, querendo, também do Grupo escolar da cidade. O terreno, já comprado, com casa boa e grande, possuindo instalação de luz e água, será entregue à Congregação que aceitar, como presente dos Católicos de Bocaina do Sul.

Campos de Jordão — São Paulo — Necessita-se com urgência da colaboração de uma Congregação Religiosa para resolver o problema do menor abandonado, antes que elementos acatólicos consigam levar a frente neste árduo problema. Há terreno disponível com amplo salão, onde logo podia começar a funcionar a instituição, como semi-internato.

São Fidelis — Rio de Janeiro — A Diretoria do Hospital "Armando Vidal",

casa de Caridade tipo Santa Casa, mantido pela Associação hospitalar A. V., está interessada na vinda de um grupo de Religiosas enfermeiras para cooperarem na direção interna do mesmo. O Hospital é dotado dos principais serviços de sua finalidade: hospitalização de doentes pobres necessitados, em enfermarias para homens, mulheres, crianças, maternidade; ambulatório, serviços de Raios X, sala de cirurgia e sala de partos, devidamente providas de equipamento cirúrgico, em geral, apto para alta e média cirurgia. Dispõe de quartos particulares para doentes contribuintes. Para as Irmãs há apartamento completo com clausura, instalações sanitárias completas, sala de estar, capela para 80 pessoas, refeitório especial, tudo em condições de atender ao necessário conforto. Atribuições das Irmãs: Administração geral, interna, para a Irmã Diretora, serviços de fiscalização e assistência nos setores de cozinha, enfermarias, maternidade, rouparia e outros serviços eventuais. Deseja-se no grupo pelo menos uma enfermeira e outra com prática de serviços de Raio X. O Vigário local dará toda assistência religiosa necessária. O corpo médico do hospital se compromete a não praticar serviços cirúrgicos ou de qualquer natureza ofensivos à moral cristã. A Diretoria espera a visita de membros de congregações, que poderão inspecionar as condições do estabelecimento e o ambiente social da cidade e do município, correndo as despesas de viagem por conta do hospital.

COMUNICAÇÃO

O Departamento de Estatística do C.R.B. transferiu sua sede para a Ladeira Santa Teresa, 143 — D. F. — Tel. 32-8566.



SERVIÇO DE VIAGENS

Filiais em funcionamento — Data de referência: 8-5-1956

C I D A D E	S É D E	R E S P O N S Á V E I S
ANAPOLIS	Colégio São Francisco PP. Franciscanos	Frei Jaime A. Schuek - O.F.M. Frei João Batista Vogel O. F. M.
ARACAJU'	Escola de Serviço Social Rua Estância, 228	Irmã Albertina Brasil Santos Irmã Maria de Lourdes Mafra
BELÉM	Rua Frutuoso Guimarães, 201 Telefone: 4404	Pe. Celestino de Barros Pereira Luiz Paulo Chaves
BELO HORIZONTE	Livraria São Paulo Irmãs Paulinas Av. Alvares Cabral, 51 Telefones: 4-2832 e 2-7623	Irmã Teresa Bueno Irmã Dirce Merenda
CACERES	Palácio Episcopal	Monsenhor Máximo Biennés TOR Pe. Severino Rouquette
CAMPO GRANDE	Colégio Dom Bosco Padres Salesianos	Pe. Constantino de Monte Salvador Pôrto
CAROLINA	Casa Paroquial Padres Capuchinhos	Pe. Frei Segismundo da Crema Pe. Frei Romualdo da Viadanica
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Convento Padres Dominicanos	Dom Luiz Palha Monsenhor Augusto Dias Brito
CURITIBA	Livraria São Paulo Rua Saldanha Marinho, 23	Irmã Serafina Tagliari Irmã Lídia Ribeiro
FLORIANÓPOLIS	Colégio Catarinense PP. Jesuitas Rua Esteves Junior - Tel.: 2060	Padre José Carlos Nunes Padre Tomé Keorbes
FORTALEZA	Livraria Eucarística Padres Sacramentinos Av. Imperador, 1203 Tel.: 3524	Padre Pedro Hansen Padre Humberto Van Rozendal
GUAJARA' - MIRIM	Casa Prelatícia	Dom Francisco Xavier Rey Pe. Armando José Rey
ILHEUS	Colégio N. S. da Piedade Rua Madre Thais	Mdr. Teresa Men. Jesus Decrocy Irmã Teresa Sodré
ITAJAI'	Ginásio Itajaí Rua Felipe Schmidt - Tel. 502	Padre Pedro Baron Padre Otávio Bortolini
JOÃO PESSOA	Escola de Serviço Social Casa do Calvário Missionárias Jesus Crucificado	Madre Maria Franklin Andrade Irmã Nilce Maria

C I D A D E	S É D E	R E S P O N S Á V E I S
MACEIO'	Colégio do SSmo. Sacramento	Madre Maria da Apresentação
MANAUS	Colégio Dom Bosco Av. Epaminondas, 57. Tel. 2761	Padre Pascoal Filippelli Padre Hermann Schilp
MOSSORO'	Palácio Episcopal - C. P. 16	Dom Eliseu Simões Mendes Cônego Luiz Soares
NATAL	Externato São José Padres Salesianos Av. Junqueira Aires, 335 Telefone: 1900	Padre Luiz Santiago de Araujo Padre Paulo Cabral
PÓRTO ALEGRE	Livraria São Paulo Rua dos Andradas, 1733 Telefone: 8904	Irmã Natália Giaretta Irmã Maria Teresa Pescador
PÓRTO NACIONAL	Seminário Diocesano Prelazia	Dom Alano de Noday Padre Antônio Luiz Maia
RECIFE	Colégio São José Irmãs Dorotéias - Tel.: 3294 Rua Conde da Boa Vista, 921	Irmã Dulcina Lopes Irmã Zaira Gouveia
SALVADOR	Colégio N. Senhora das Mercês Rua Sete de Setembro Tel. 1493	Madre Maria Xavier Schaniz Madre Maria Luiza Melo
SÃO LUIZ	Escola de Serviço Social Rua Rio Branco, 14	Irmã Altiva Pantojo Paixão Irmã Nelsonita Gomes Almeida
SÃO PAULO	União dos Ex-Alunos Salesianos Al. Nothmann, 233	Padre José Luiz Giacotto Sr. Afonso Tortorelli
SÃO PAULO	Edições Paulinas Ltda. Praça da Sé, 184-1.º andar Telefones: 35-0481 e 35-0299	Emílio Ferraz De Augustinis Padre Sebastian Sudano
TUBARÃO	Ginásio S. Coração de Jesus Telefone 90	Padre Bernardo de Claraval Padre Erico Ahler
VARGINHA	Casa Paroquial Padres do S. Coração de Jesus	Padre Heriberto Hartman Padre Ivo Spaniol
VITÓRIA	Padres Pavonianos Papellaria Ideal Rua José Carlos, 188, Tel. 3160	Irmão Antônio Biagini Padre Virgínio Steffenini